

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE
SMAMUS
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
COMAM

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Data: 27 de maio de 2021

Horário: das 14h00min às 16h30min

Local: via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO COMAM, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas.

Porto Alegre/RS

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1 No dia 27 dias do mês de maio de 2021, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se
2 reuniu, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL, em razão do decreto municipal a
3 fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia, às quatorze horas, para o
4 ato solene. **PRESENTES:** Germano Bremm e Ângela Molin, **SMAMUS**; Luciane Martins
5 Pinheiro, **GP**; Gabriela Schardosim Cardoso, **SMDET**; Marlusa Cristiane Reuter Colombo,
6 **DMAE**; Alessandra Nogueira Pires, **DMLU**; Dannyele Ribeiro Fagundes, **SMSURB**; João
7 Eduardo Quevedo Reymunde, **SMS**; Jairo Luís Cândido, **CRBIO-3RS/SC**; Fabiana da
8 Silva Figueiró, **FIERGS**; Andrea Pinto Loguércio, **UFRGS**; Marília Longo do Nascimento,
9 **OAB-RS**; José Renato Barcelos, **MJDH**; José Paulo Oliveira Barros, **UAMPA**; Paulo
10 Renato Menezes e Simone Azambuja, **AGAPAN**; Cláudia Adriana de Souza Campos e
11 Thiago Gimenez Fontoura, **Associação Toda Vida**; José Truda Palazzo, **Instituto**
12 **Augusto Carneiro**; e Simone Steigleder Botelho, **AMA Guaíba**. **DEMAIS PRESENTES:**
13 Alex Cardoso, **MNCR**; Ana Paula, **Fórum dos Catadores**; Natália, **CGMU/SMAMUS**;
14 Julianna França, **DMLU**; Lígia, **GPU/SMAMUS**; Alessandra Pires e Vaneska Paiva
15 Henrique, **SMAMUS**.

16 **PAUTA:**

17 **1. Abertura;**

18 **2. Comunicações;**

19 **3. Votação:**

20 **3.1. Aprovação da Ata de 29 de abril de 2021;**

21 **3.2. Homologação: ALTERAÇÃO da representação da ONG TODAVIDA na Câmara**
22 **Técnica de Legislação e Educação Ambiental: Cláudia Campos passa a ser suplente**
23 **e Thiago Gimenez passa a ser o titular;**

24 **3.3. Homologação: SUBSTITUIÇÃO da titular representante da AGAPAN Patrícia**
25 **Pohlmann, da Câmara Técnica de Áreas Naturais e Paisagem Urbana, pela**
26 **engenheira ambiental Fernanda Balestro;**

27 **4. ORDEM DO DIA:**

28 **4.1. Aprovação: Expediente SEI 19.0.000044683-4;**

29 **4.2. Deliberação: tempo de duração das reuniões ordinárias do COMAM;**

30 **4.3. Apresentação sobre o andamento dos processos de licenciamento das**
31 **Unidades de Triagem - UTs – SMAMUS e DMLU;**

32 **4.4. Em análise pelas Câmaras Técnicas: Expediente SEI 18.0.000009561-0;**

33 **4.5. Em análise pelas Câmaras Técnicas: Expediente SEI 18.0.000045575-6.**

RELATO:

34 **1. ABERTURA:**

35 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
36 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa tarde, Senhores Conselheiros, Senhoras
37 Conselheiras. São 14h06min. Declaramos aberta na Reunião Ordinária do Conselho
38 Municipal do Meio Ambiente. Rapidamente, vou fazer a lista dos presentes para a gente
39 confirmar, se, por ventura, eu não chamar alguém pode fazer o registro no chat, então,
40 que a nossa Secretária Executiva, a Camila, toma nota da presença. (Relação dos
41 presentes na inicial). Temos também a Dra. Ângela, a minha Presidente substituta, que
42 conduziu os trabalhos nas últimas reuniões, em função das minhas ausências, as

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

43 agendas malucas, mas tem feito um trabalho maravilhoso, cada vez aprimorando mais,
44 melhorando os nossos processos, aprendendo com os debates, a gente sempre
45 crescendo e amadurecendo. Inscritos para o período de Comunicação. Consulto, temos a
46 Dra. Ângela já inscrita. Depois temos a Andrea inscrita, o Paulo, o Thiago, Fabiana e o
47 José Renato. Mais algum conselheiro gostaria de fazer uso do período de Comunicação?
48 Então, não havendo mais inscritos a gente encerra a inscrição para o período de
49 Comunicação e oportunizamos a fala pela Dra. Ângela.

50 2. COMUNICAÇÕES.

51 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
52 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa tarde a todos. Eu gostaria apenas de reforçar o
53 convite que nós mencionamos na reunião anterior do nosso evento alusivo ao Dia
54 Internacional do Meio Ambiente, no dia 05/07. Nós faremos um evento online, será uma
55 live com uma palestra do Prof. Rualdo Menegat sobre a história natural do ambiente
56 natural em Porto Alegre. Então, teremos abertura às 9 horas com a presença do Prefeito,
57 do Vice-Prefeito, do Senhor Secretário e dos presidentes das duas entidades que, junto
58 com a Secretaria que representa o COMAM estão organizando esse evento e os demais.
59 Então, nós mandaremos, oportunamente, o convite, mas já fica o convite para todos no
60 dia 5. E depois, no dia 8, teremos um novo evento, uma live sobre a questão da água em
61 Porto Alegre. E já estamos com quase todos os palestrantes confirmados. Então, teremos
62 a presença do Diretor do DMAE, o professor do IPH, o professor da URG e a presença
63 também do Comitê Lago Guaíba. É uma discussão sobre a água em Porto Alegre. Então,
64 também mandaremos o convite com o link, oportunamente, acreditamos que no início da
65 semana que vem. Agradecemos, então, ao empenho das duas entidades que eles
66 acompanham, que é a AGAPAN e a Toda Vida, através do Thiago e da Simone
67 Azambuja. E esperamos que a gente tenha bons eventos, boas discussões e que são
68 preparatórias para a nossa conferência lá no final do ano. Muito obrigada. Era isso.
69 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
70 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Dra Ângela. É isso, bem importante a
71 integração, a participação, o próprio Conselho na Semana do Meio Ambiente,
72 especialmente na live. A Andrea também, já vou oportunizar a fala, teve esse evento aí
73 também, Andrea. Fique à vontade, Andreia. **Andrea Pinto Loguércio, UFRGS:** Boa tarde
74 a todos. Fico contente que a gente tenha conseguido efetivar as nossas reuniões. Eu
75 acho que a gente tem conseguido na maioria das vezes fazer com que as reuniões
76 tenham quorum. Faz mais de um ano que estamos em pandemia e a gente tem
77 conseguido um quorum bem positivo nesse um ano. Eu acho que foram poucos os
78 episódios que nós não conseguimos o quorum. Então, nessa próxima semana a gente
79 tem a Semana do Meio Ambiente, que tem uma série de eventos. A gente vai ter uma live
80 com o pessoal do Instituto Piracema, inclusive, o Secretário Germano é convidado para
81 discutir algumas questões das políticas ambientais da cidade e dos projetos da cidade,
82 que eu acho bastantes relevantes. E eu gostaria de trazer hoje aqui assuntos que ontem
83 mobilizou uma boa parte das redes e que também me preocupou, porque eu acho que é
84 um assunto que também pegou a própria Secretaria de surpresa, que é a tramitação, que
85 não é nova, mas que parece estar bastante acelerada na Câmara de Vereadores sobre o
86 Código Ambiental do Município de Porto Alegre. É um projeto de lei, o Projeto de Lei nº
87 37/2017, que está tramitando, que já tem alguns pareceres e que toca, inclusive, no papel
88 deste Conselho, nas atribuições deste Conselho. E que eu acho que é bastante
89 pertinente, que a maioria dos Conselheiros aqui estude, se aproprie, que a gente,
90 inclusive, propõe que chame a Câmara, já que a Câmara não nos chamou, não quis nos
91 ouvir, que a gente chame a Câmara para conversar, porque o Conselho do Meio

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

92 Ambiente é uma construção da sociedade, né. E a mim soou bastante estranho a
93 construção de um projeto que já está tramitando, e que já está em vias lá, que em
94 nenhum momento o Conselho foi ouvido. E eu consigo dizer isso com muita tranquilidade,
95 porque desde o início desse projeto eu estava neste Conselho. Então, fica a minha
96 sugestão para que a gente se aproprie, entenda do que o projeto está tratando, que
97 modificações ele traz ali e para que a gente consiga de algum modo colaborar, entender,
98 conversar sobre isso. É uma proposta de diálogo, não se trata de ser contra ou não ser
99 contra, trata-se exatamente de saber, porque eu, particularmente, não sabia de um
100 projeto já andando em estágio tão avançado assim a respeito de um novo Código
101 Ambiental do município sobre a temática. E ficam convidados, então, no dia 2, a gente
102 tem um debate, o Germano e eu, uma live para falar um pouquinho sobre a cidade e o
103 meio ambiente, o papel do Conselho. Acho que vai ser bastante profícuo, no dia 2, às 19
104 horas, pelo Instagram do Instituto Piracema vinculado à PUC. Obrigada. **Germano**
105 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
106 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Andrea, pela comunicação. Sem dúvida, é
107 importante todos os conselheiros, nós também Secretaria nos apropriarmos desse PL que
108 está tramitando na Câmara para ter condição de emitir um juízo a respeito, uma opinião,
109 enfim, contribuir na medida do possível. Então, é bem importante que todos avaliem para
110 a gente, conjuntamente, chegar a algumas conclusões. O Paulo Renato inscrito na
111 sequência. Boa tarde, Paulo. **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Boa tarde. Primeiro, eu
112 fortaleço a fala da Conselheira Andrea, a gente tem impressão que é mais uma boiada
113 passando, né. Um tema de tanta importância para nós e nem chega ao nosso
114 conhecimento, enfim. Até foi interessante o que a Dra. Ângela falou sobre a live no dia 8
115 de junho, que é sobre a água de Porto Alegre. E eu queria fazer um simples comunicado,
116 uma notícia da Zero Hora de hoje, que diz que o Instituto de Pesquisas Hidráulicas vai
117 apresentar para a Prefeitura nos próximos dias, junto com o Núcleo de Tecnologia Urbana
118 da UFRGS um projeto para uma espécie de revitalização do Arroio Dilúvio, um trecho do
119 Arroio Dilúvio, do que eles pretendem. Fala até em pedalinho, água limpa, espaço para
120 piquenique. É a notícia do jornal, tem imagens bonitas, né, que está sendo arquitetado
121 pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas, um projeto de limpeza e revitalização de um
122 trecho de 2Km, próximo a Cristiano Fischer, que proporcionaria aos moradores o que os
123 especialistas chamam de “contato secundário”. *Seria possível chegar perto do dilúvio,*
124 *molhar o pé, até andar de pedalinho* – exemplifica o Engenheiro Civil Fernando Dorneles,
125 Professor Associado em PH. Notícia muito alvissareira. Há muitos anos a gente debate o
126 problema do Arroio Dilúvio, que vem pelo menos desde 2011, uma atenção mais especial
127 em relação a esse ponto, que foi quando, e está na notícia, uma comitiva deliberada pelo
128 Governador Tarso Genro, com encontro de representantes de entidades gaúchas,
129 conheceu o Cheonggyecheon, que é o arroio que corta a Cidade de Seul, Capital da
130 Coreia, que são 5.8 km de arroio. Agora tem arquibancadas, pequenas cachoeiras. É
131 muito conhecido isso. Aqui começou a estudar um projeto piloto, lá naquela época, em
132 2012, com professores da UFRGS e da PUC. A relação com intervenções de
133 saneamento, regularização fundiária, que isso é um grande problema. O trânsito,
134 drenagem, coleta de lixo, educação ambiental, o volume de recursos da ordem de R\$ 500
135 milhões. Bom, estão retomando esse assunto, acho que a Prefeitura talvez já tenha
136 conhecimento, vai ser apresentado e a gente quer acompanhar isso, o problema do
137 Dilúvio e da qualidade das águas da cidade, do Guaíba, que é um dos grandes problemas
138 ambientais. É um problema ambiental e um problema de saúde pública. E a gente quer
139 participar desse esforço de revitalização, como gostam de chamar, mas, enfim, retomar o
140 Dilúvio ao convívio dos porto-alegrenses. Então, é esse comunicado que a gente quer
141 breves notícias disso, inclusive, participar dessa apresentação, conhecer esse projeto, ver

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

142 o que a gente pode fazer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
143 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Paulo, pela fala
144 no período de Comunicação. Está consignado. Na sequência inscrito o Thiago. **Thiago**
145 **Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Quero dar as boas-vindas, é sempre
146 importante a sua presença aqui como titular da pasta e Presidente deste Conselho. Fico
147 muito feliz em vê-lo conosco. A respeito do projeto que Andrea comentou, que é um PL
148 sob o nº 037/2017, que é de proposição da Vereadora Mônica Leal. Ontem quando a
149 Andrea falou, depois estava na rua, quase tive um enfarto quando vi a matéria. (Risos).
150 Depois cheguei em casa para buscar, para ler, mas, na verdade, do que se trata? Ali não
151 cria novas regras e, tão pouco, modifica as que existem. A Vereadora tenta consolidar
152 essas leis que já existem, todas as leis ambientais que existem, desde a década de 90,
153 em única lei. Até aqui ela fala, eu estou com a justificativa aberta, ela fala assim: *Assim*
154 *sendo, conclui-se adequado de interesse comum a instituição do Código Ambiental, pois*
155 *esse, em primeira análise, traz a consolidação em um só instrumento da proteção*
156 *ambiental e das normativas já existentes conquistadas ao longo do tempo.* Eu dei uma
157 corrida de olhos, assim, eu não consegui fazer uma análise mais criteriosa, mas dei uma
158 corrida de olhos no projeto em questão e em princípio não vi nenhuma alteração das leis
159 que existem com o que está constando no projeto. O que me preocupa é que se esse
160 projeto for à pauta poder haver emendas, isso são chamadas as emendas de plenário,
161 que só houve uma emenda que a vereadora fez durante a tramitação, que foi um pedido
162 da procuradoria da Câmara para sanar alguns vícios de origem. Mas me preocupa que
163 alguns vereadores possam querer emendar e fazer alterações significativas, inclusive, nas
164 atribuições deste Conselho, umas vez que uma das leis que se revoga é a Lei nº 369/96,
165 que cria o sistema municipal de meio ambiente, o que dá as suas atribuições a este
166 Conselho. Então, em consonância, nós temos uma atribuição, o Conselho pode solicitar
167 por um terço dos seus conselheiros, pedido do Prefeito para examinar temas que estão
168 tramitando na cidade. Então, eu faço como encaminhamento, até vou citar o artigo aqui, o
169 artigo 7º da Lei nº 369/96, que fala no seu inciso VII – *Examinar qualquer matéria em*
170 *tramitação no município que envolva questões ambientais a pedido do Prefeito ou por*
171 *solicitação de 1/3 dos seus membros.* É uma atribuição do Conselho. Então, eu faço o
172 encaminhamento à Presidência, que o Conselho possa solicitar uma análise dessa
173 tramitação, se houver a aprovação de 1/3 dos conselheiros, para que possamos oficialar a
174 Câmara e pedir mais informações. Uma das coisas que eu acho que o Secretário poderia
175 solicitar ao Prefeito, que fosse retrado de pauta, pelo menos nesse primeiro momento,
176 para que, posteriormente, a gente possa analisar e dar um parecer final. Eu não vejo
177 negativa a criação de um código, até hoje de manhã conversei com a Dra. Ângela sobre
178 isso, mas existem alguns vícios que precisam ser sanados, inclusive, legislações que
179 foram aprovadas depois de 2017, quando a Vereadora propôs a matéria. Muito obrigado,
180 Presidente. Uma boa reunião a todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
181 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
182 Thiago, pelas palavras no período de Comunicação. Depois a gente tem inscrita a
183 Fabiana. **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Boa tarde a todos. É um prazer mais uma
184 vez participar desta reunião com os colegas conselheiros. Eu gostaria de fazer uma
185 comunicação muito breve. Na verdade, é um agradecimento, até um elogio a Eliete,
186 nossa nova Secretária Executiva. Foi um pleito bastante recorrente aqui nos últimos
187 meses. Eu, inclusive, em várias ocasiões manifestei, especialmente no âmbito das
188 câmaras a necessidade. E quero fazer o agradecimento e dizer que o trabalho que está
189 sendo desenvolvido, do que eu tenho acompanhado tem sido muito bom. Realmente, tem
190 agregado em eficiência, em agilidade, dando um suporte muito interessante aos
191 conselheiros. Então, fica aqui o meu registro. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e**

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

192 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
193 Obrigado, Fabiana. Coisa boa que a Eliete veio para somar, ajudar nos fluxos. É o que eu
194 digo, vamos melhorando, né, cada vez mais, de pouquinho em pouquinho a gente vai se
195 aprimorando. José Renato na sequência inscrito. **José Renato Barcelos, MJDH:** Uma
196 boa tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras, companheiros e colegas do COMAM.
197 Em especial também ao Secretário, que já estávamos sentindo saudades suas,
198 Secretário, da sua figura aqui para que a gente possa debater frente a frente às questões
199 da cidade e que é tão caro ao movimento ecológico, ambiental e social. A Conselheira
200 Andrea toca em um ponto que, na minha opinião, é bastante importante e que já tem sido
201 colocado há mais tempo por nós, pelos Conselheiros, que é exatamente o caráter pró-
202 ativo do COMAM. Esse tipo de debate na intervenção dessa qualidade, dessa magnitude,
203 precisa ser debatido, Secretário, previamente, por este Conselho. Reitero aqui o
204 pensamento do movimento ecológico, do movimento social também, o caráter de extrema
205 relevância e de importância que este Conselho tem, a exemplo do Conselho Municipal de
206 Desenvolvimento Urbano e Ambiental também, não só pela qualidade dos conselheiros e
207 conselheiras que aqui estão, mas também lá. Nós precisamos opinar de forma
208 democrática, participativa em caráter pré-emergente, ou seja, nós precisamos nos
209 apropriar desses temas que são relevantes e essenciais para a cidade de Porto Alegre,
210 previamente a essas intervenções. Não é possível que a gente aceite uma situação
211 dessas, sendo bastante direto na minha colocação, assim como é importante que a gente
212 discuta. Eu fiz aqui uma relação, a gente tem falado nisso há mais tempo, assim como
213 iniciativas por parte do empreendedor local, como o Golden Lake, o Inter Gigante para
214 Sempre, o Belvedere, onde vai se localizar o Zaffari e outros empreendimentos. A
215 questão da Fazenda do Arado, o Embarcadero também no Cais do Porto, que remetem a
216 impactos importantes de norte a sul da Cidade de Porto Alegre, começando pela Zona
217 Sul, pelo Centro, impactos de vizinhança significativos e também pela Zona Norte. Nós
218 temos um problema seríssimo com relação ao caminho do meio, está vindo uma
219 ocupação extremamente rápida, veloz e muito importante que se preste atenção. Então, a
220 Cidade de Porto Alegre e as cidades do mundo inteiro estão discutindo as cidades
221 regenerativas, as agriculturas regenerativas, o cenário ecossocial e socioambiental em
222 um contexto de antropoceno. São todas questões muito importantes e fundamentais para
223 o nosso contexto, e todos estão se preocupando com a biodiversidade dos ambientes
224 urbanos, rurais, a comunicação dos corpos hídricos com a sua cidade, a questão da
225 poluição e as suas diversas formas. Ou seja, nós precisamos debater esses temas e está
226 comprovado cientificamente, a pouco tempo que eu li um artigo sobre isso, que as
227 cidades que fomentam a sociedade civil, que fomentam a diversidade de opiniões, de
228 debates, administram e se saem muito melhor do ponto de vista das alternativas de
229 convivência com o mundo em rápida decadência, que vetam esses debates. Portanto, os
230 conselhos são essenciais para isso, isso nós temos reiterado aqui, Secretário, essas
231 posições, que é importante que a gente garanta essa opinião consultiva anterior a essas
232 iniciativas. É superimportante. Então, vai aqui uma análise nesse sentido, nós vamos
233 estar vigilantes com relação a isso, nós vamos nos manifestar, infraestrutura por escrito
234 em relação a isso. E é óbvio que nós precisamos, evidentemente, debater e por isso a
235 sua presença aqui no nosso Conselho é fundamental. Obviamente, o senhor tem os seus
236 compromissos, a agenda é sempre cheia, mas nós sentimos também a necessidade de
237 debater esses assuntos frente a frente com a autoridade que coordena o Conselho. Em
238 princípio, seriam essas as minhas considerações. Obrigado a todos. **Germano Bremm,**
239 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**
240 **– SMAMUS:** Obrigado, José Renato, pela manifestação. Conselheira Marília inscrita.
241 **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:** Olá, boa tarde, colegas! Tudo bom? Como

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

242 disse o Conselheiro que me antecedeu, é um prazer, Germano, tê-lo aqui novamente
243 conosco. Eu pedi a fala um pouco tardiamente, apenas para manifestar aos nossos
244 colegas aqui do COMAM, que a nossa praça do Largo dos Açorianos, na qual a OAB é a
245 adotante agora, foram finalizadas todas as últimas obras. Ontem o nosso chafariz voltou a
246 funcionar. Esse é um trabalho e um empenho que foi comum, tanto das instituições que
247 compõem o nosso COMAM, porque nós batalhamos para que os recursos fossem
248 destinados para esse ambiente, para que essa praça fosse revitalizada como um
249 patrimônio também histórico da nossa cidade. E com muito orgulho a instituição que eu
250 estou aqui representando, a OAB, então, é a adotante e nós fizemos um grande trabalho
251 agora de limpeza de todos os lados e com o reparo das bombas. Mas eu aproveito para
252 destacar que nós temos algumas melhorias a proceder, eu já fiz uma provocação ao Alex,
253 que é o arquiteto da Secretaria, que nós temos que pensar em um ambiente mais
254 adequado por ser um ambiente público, sem tanta necessidade de reparos. Então, espero
255 que em breve tragamos alguns projetos de melhoria da praça para o Conselho, para que
256 possamos, quem sabe, né, buscar novamente fundos para melhorar, porque hoje ele
257 depende, é uma praça muito cara, que depende de muitos recursos. E se caso, por
258 exemplo, a nossa instituição ou não tenhamos alguma instituição adotante, de alguma
259 forma esse ambiente realmente ficará prejudicado pelo alto volume de recursos que nós
260 tivemos que despender agora com essa limpeza e com essas manutenções. Também
261 aproveito, e pegando o gancho, como todos os colegas fizeram, foi por muito oportuna a
262 manifestação da Andrea, que um código, realmente, tem uma tramitação um pouco mais
263 especial no processo legislativo. Então, eu já gostaria de deixar aqui a sugestão que o
264 nosso Conselho, através do nosso Presidente do Conselho, fizéssemos um
265 encaminhamento de uma audiência pública, então, para a discussão do Código Municipal
266 de Meio Ambiente. São essas as minhas colocações, obrigada. **Germano Bremm,**
267 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**
268 – **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Marília pela contribuição. Sem dúvida a OAB tem um
269 papel muito importante. Em nome da Secretaria e do Conselho agradecemos à iniciativa
270 da instituição pela parceria, pela iniciativa, por nos ajudar a resolver os problemas da
271 cidade. Enfim, temos uma entrega muito maravilhosa e ali é o símbolo de fato de uma que
272 partiu deste Conselho, com recursos do Fundo do Meio Ambiente, uma obra que devolveu
273 àquele espaço, aquela região para a cidade. E a gente vê tantos exemplos bonitos no
274 final de semana, enfim, das pessoas usando e se apropriando desses espaços públicos.
275 É um orgulho para a Secretaria aquele projeto, que demanda uma série de cuidados, a
276 administração pública com o seu tempo, mas com dificuldade de fazer a manutenção,
277 sempre os desafios na gestão. E às vezes o pessoal reclama um pouco, porque a gente é
278 muito... Quando da hora de aprovar os projetos, a equipe sempre fica muito insegura ou
279 faz o básico por muitas vezes, né. Por quê? Sempre pensando depois na questão da
280 manutenção, da operação, da gestão, dos recursos que não se tem para fazer. Então, um
281 projeto lindíssimo com aquele acaba que dando, é um projeto diferenciado de uma praça
282 normal, não é padrão. Então, que bom que a gente tem a OAB para nos socorrer e para
283 adotar aquele espaço, deixar ele tão lindo para a cidade de Porto Alegre. Somos muito
284 gratos aí. Com relação ao encaminhamento, Thiago, antes de oportunizar a fala, eu acho
285 que a gente pode solicitar a suspensão da tramitação, enfim, para que dê tempo do
286 Conselho avaliar também, internamente aqui. O grupo técnico, a Câmara Técnica de
287 Legislação, talvez no âmbito da câmara técnica se extraia uma manifestação, faça uma
288 análise e aí traga para o plenário do Conselho. Eu acho que pode ser bastante
289 interessante. Então, a gente vai tentar oficialar, a Dra. Ângela me ajudando nos fluxos só
290 para o Conselho ir tomando conhecimento na tramitação e do avançar, solicita, dá um
291 tempo para a análise e aí internalizamos isso dentro. Como a gente tem acesso, a Andrea

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

292 já mandou o link da Câmara de Vereadores. A gente organiza isso no fluxo da Câmara
293 Técnica de legislação. Thiago. **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:**
294 Rapidinho, eu tinha esquecido que hoje é dia 27 de maio, Dia Nacional da Mata Atlântica,
295 um dia muito importante, significativo, uma data alusiva de muitas lutas, principalmente
296 nos anos 80 e anos 90 para defender esse importante bioma tão degradado e ainda muito
297 ameaçado, inclusive, em Porto Alegre. Então, só deixar esse registro, Presidente.
298 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
299 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Thiago. Importante registro. Sem dúvida, a
300 Secretaria vem aplicando aqui a legislação, embora tivessem compreensões diversas, foi
301 uma decisão que a gente tomou no sentido de que tinha decisões judiciais que diziam que
302 não se aplicava aqui em Porto Alegre, mas a gente vem aplicando em todos os nossos
303 processos de licenciamento aí, exigindo a compensação, todo o regramento necessário
304 que a lei da Mata Atlântica prevê. Então, eu acho que do ponto de vista ambiental, só
305 nesse tempo que eu estou na Secretaria, que a gente começou a aplicar, sem dúvida o
306 retorno foi bastante significativo. Então, a Secretaria segue firma nessa interpretação de
307 que se aplica sim em Porto Alegre. Avançando, então, senhores, ao item:

308 **3. VOTAÇÃO:**

309 **3.1. APROVAÇÃO DA ATA DE 29 DE ABRIL DE 2021.**

310 Eu consulto se há alguma objeção ou alguma abstenção para a aprovação da ata? Aí
311 pode manifestar no chat que a gente segue os outros pontos da pauta. Temos alguma
312 objeção? Abstenção? Abstenção do Conselheiro Jairo. Era isso? Então, uma abstenção,
313 nenhum voto contrário. Então, **APROVADA A ATA DE 29 DE ABRIL DE 2021.** Depois,
314 na mesma linha também, sem grandes discussões, a gente tem o item:

315 **3.2. HOMOLOGAÇÃO: ALTERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA ONG TODAVIDA NA**
316 **CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CLÁUDIA**
317 **CAMPOS PASSA A SER SUPLENTE E THIAGO GIMENEZ PASSA A SER O TITULAR.**

318 Eu consulto se tem alguma objeção a essa modificação? Em não havendo objeção,
319 **HOMOLOGAMOS A ALTERAÇÃO** constante no item 3.2 da pauta. Na mesma linha
320 também o item:

321 **3.3. HOMOLOGAÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DA TITULAR REPRESENTANTE DA AGAPAN**
322 **PATRÍCIA POHLMANN, DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁREAS NATURAIS E PAISAGEM**
323 **URBANA, PELA ENGENHEIRA AMBIENTAL FERNANDA BALESTRO.**

324 Consulto, Senhores Conselheiros, se temos alguma objeção a essa substituição? Em não
325 havendo a gente **HOMOLOGA A PRESENTE SUBSTITUIÇÃO.** Então, Senhores
326 Conselheiros, para:

327 **4. ORDEM DO DIA:**

328 **4.1. APROVAÇÃO: EXPEDIENTE SEI 19.0.000044683-4.**

329 Está disponível, conforme o link, o interessado é o COMAM. O assunto é a revogação da
330 Resolução nº 01/2016 do COMAM. O relator, foi feito o relato pela Assessoria Técnica da
331 Diretoria de Licenciamento Ambiental. Nós tivemos, então, o encaminhamento no dia
332 29/10 para a Câmara Técnica de Legislação e Educação Ambiental. Depois tivemos o
333 relatório da câmara técnica, que foi apresentado em 29/04. Tivemos uma solicitação de
334 relato de vista do Conselheiro José Renato, que ficou para a data de hoje. Então,
335 Conselheiro José Renato, eu lhe oportunizo a fala para que faça o relato de vista, pelo
336 período de 10 minutos. Fique à vontade, por favor. **José Renato Barcelos, MJDH:**
337 Secretário e Conselheiros, o Movimento Justiça e Direitos Humanos requereu um pedido

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

338 de vista sobre esse processo, porque nos pareceu uma situação, não só *sui generis*,
339 como um pouco confusa do ponto de vista dos âmbitos normativos e também do contexto
340 em si, das renovações e, sobretudo, dos efeitos do ponto de vista do plano da eficácia
341 legal entre as duas resoluções em cotejo aqui. Sempre há uma preocupação com o
342 problema da revogação, porque a revogação é um norte de uma resolução, de uma
343 norma, de uma lei, enfim, por aqueles pressupostos normativos que a Constituição
344 Federal, no art. 59, estabelece uma hierarquia bem definida. Quando se revoga se acaba
345 com discussão. Nesse caso específico, nós, inclusive, tomamos o cuidado de enviar,
346 queria ter enviado um pouco antes para que os conselheiros pudessem se apropriar da
347 temática com um pouco mais de tempo. Nós enviamos, antecipadamente, ontem, um
348 parecer, um voto vista, enfim, com alguns argumentos sob os quais nós entendemos
349 impertinente essa revogação e pedimos a rejeição da revogação, que trata de um exame
350 um pouco mais aprofundado sobre essa matéria. Esse parecer se fundamentou em três
351 pontos fundamentais. Primeiro, nós examinamos o problema quanto à competência
352 legislativa originária dos municípios para estabelecer um regramento na questão
353 ambiental a partir dos pressupostos estabelecidos pela Construção Federal, desde o art.
354 30, inclusive, o art. 23, incisos III, VI e VIII, o art. 182 e, sobretudo, o art. 225 da
355 Constituição Federal, que é o marco normativo do socioambiental de direito. Nos pareceu
356 que é claríssima a competência municipal para estabelecer o seu regramento do ponto de
357 vista do licenciamento a partir da Constituição Federal de 88. Foi dado ao município uma
358 competência originária a partir do entendimento de que o órgão municipal passou a
359 integrar a federal do ponto de vista das iniciativas e da legitimidade sobretudo jurídica.
360 Então, nenhuma dúvida pode restar do ponto de vista da possibilidade de regar essa
361 matéria por parte do município. No segundo ponto, resumidamente, seria a competência
362 residual dos estados para regular a matéria ambiental. E me parece que também é uma
363 temática que incide aqui, naquilo que o município não regula. E no dissenso, inclusive, do
364 ponto de vista jurisprudencial, os tribunais ainda discutem isso, mas há do ponto de vista
365 dos estados uma competência que é residual, ela não se pressupõe, ela não se cooca do
366 ponto de vista da anteposição, ou seja, da preferência sobre a legislação municipal.
367 Inclusive, há discussões judiciais nesse sentido, no sentido de que o estado quando
368 regula uma matéria de impacto local interfere na área de produção legislativa do
369 município seria, inclusive, matéria inconstitucional, muitas vezes ilegal também. Então,
370 fundamento também nesse sentido de que nesse caso específico não se justificaria a
371 alteração e a revogação da resolução em questão, a Resolução nº 01/2016. E no final eu
372 também faço referência à ambiência temática da Lei Complementar nº 140/2011, que me
373 parece que fixou de uma forma absolutamente clara também as competências municipais
374 e estaduais do ponto de vista da regulação, do que seria o impacto ambiental em nível
375 local. E me parece que estão muito claras essas duas questões, importantes também e
376 que criam para o município nenhum impedimento para que regule essa matéria, que
377 também não obriga para que seja feita de forma diferente. Mas a questão principal que eu
378 acho que precisa ficar claro aqui é o seguinte, são resoluções que tratam de matérias, de
379 regulações de matérias absolutamente diversas entre si, não há uma comunicação, uma
380 regulação por parte do esta sobre matérias que já são reguladas pelo município e vice-
381 versa. É perfeitamente possível no nosso entendimento a coexistência das duas
382 resoluções ao mesmo tempo, regulando cada qual o que seria a matéria ou objeto das
383 isenções. Tanto que a resolução municipal trata de 46 pontos, segundo a municipalidade
384 entende que não haveria necessidade de licenciamento. E o estado, por sua vez, na
385 resolução específica tem três anexos que tratam também, além das questões estaduais,
386 que são reguladas de uma forma muito clara ali a demarcação, sobretudo, no seu
387 primeiro anexo, são três anexos que compõem essa resolução, das questões que

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

388 repercutem no nível municipal. Nenhuma delas se coadunam ou se interpenetram com as
389 disposições constantes na Resolução nº 01/2016 municipal que se quer revogado.
390 Portanto, a conclusão é que não há porque, ou seja, nós revogarmos uma resolução
391 municipal que trata de matéria específica de baixo impacto ambiental, enfim, que está
392 regulada por resolução do COMAM, sem que haja uma determinação para isso ou uma
393 obrigação para que isso ocorra, seria criarmos uma relação de dependência, inclusive,
394 com o CONSEMA, do ponto de vista da regulação daquelas matérias que são afeitas aos
395 municípios. Portanto, nós precisaríamos de um intercâmbio, ou seja, de uma
396 comunicação para além do que existe hoje com o órgão estadual, no sentido de regular
397 relações que possivelmente venham ocorrer. É importante que se diga que existem
398 mecanismos, inclusive, o artigo 4º da resolução CONSEMA é muito claro sobre isso, o
399 COMAM pode regular, e o estado também, por meio dos seus conselhos, matérias
400 específicas. E que é possível, inclusive, haver uma troca, um intercâmbio de regulações,
401 mas isso não tira a possibilidade do município regular e normatizar as situações afeitas à
402 esfera municipal. Por isso que não há nenhuma obrigação do nosso ponto de vista que
403 impõe ao município que retire essa normatização expressa no âmbito municipal, com as
404 matérias que ela regula, obrigando a talvez perda de espaço na esfera legislativa a
405 depender de regulações posteriores vindas do Conselho Estadual do Meio Ambiente. É
406 por isso que nós nos manifestamos. Eu vou ler só a parte conclusiva do parecer para que
407 os colegas possam ter ciência da conclusão: *Diante do exposto, entende o Movimento*
408 *Justiça e Direitos Humanos que a revogação pretendida não merece prosperar. Ao*
409 *contrário de tão somente adequar o licenciamento municipal aos regramentos da*
410 *Resolução CONSEMA nº 372, a revogação da Resolução nº 01/2016 do COMAM*
411 *redundaria em insegurança jurídica, na medida em que estabeleceria um vácuo normativo*
412 *no âmbito do licenciamento ambiental municipal, de vias claramente inconstitucional...*
413 *Exatamente porque há um conflito de competência aí invocado, né... Provocando ainda,*
414 *violação expressa no ponto da eficácia do princípio da intervenção estatal obrigatória na*
415 *defesa do meio ambiente, consagrado no art. 2225 da Constituição da República, núcleo*
416 *normativo do estado socioambiental de direito. O voto, portanto, é pela rejeição da*
417 *revogação.* Parece-me que é importante que se tenha claro que não há essa
418 incompatibilidade de matérias a regular, para que não se parta do pressuposto de um
419 possível conflito de competências. Esse conflito de competências nesse caso específico,
420 na minha opinião pelo menos, não existe. Esse é o voto, Conselheiros, Conselheiras e
421 Secretário. Obrigado pelo espaço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
422 **de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
423 José Renato, trazendo seu relato de voto de vista. Na sequência, então, a gente
424 oportuniza a fala para os conselheiros que queiram debater o processo, lembrando que
425 aqui o relato é pela revogação, o relato que veio da Câmara Técnica de Legislação.
426 Então, a gente tem inscrito quem para debater? O Conselheiro Thiago, Conselheiro José
427 Truda, a Conselheira Andrea, o Conselheiro Barros e o Conselheiro Paulo Renato.
428 Consulto se temos mais algum conselheiro inscrito para debater o assunto? Então,
429 Senhores Conselheiros, não havendo mais inscritos encerramos a inscrição para o debate
430 e oportunizo a fala para o Conselheiro Thiago, para debater por 2 minutos. Fique à
431 vontade. **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Bom, Presidente, eu acho
432 que essa resolução trata de questões de baixo impacto para o município e naquele
433 momento o Conselho entendeu que não necessitavam de licenciamento ambiental. A
434 Resolução nº 372 do CONSEMA traz uma análise diferente. Na verdade, ela fala que os
435 municípios devem definir ou podem definir, através de resolução dos seus conselhos de
436 meio ambiente, atividades que devem ser licenciada dentro desse rol de atividades que
437 ela prevê, atividades que incidem licenciamento e outras que não. Então, ele fala ali, até

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

438 muito bem no seu art. 4º, inciso II, assim: *O município em função das suas peculiaridades*
439 *locais poderá exigir licenciamento ambiental municipal, através de resolução do Conselho*
440 *Municipal de Meio Ambiente ou norma específica para empreendimentos e atividades*
441 *constantas, como não incidentes de licenciamento no Anexo I desta resolução.* Pois bem,
442 eu não sei se há realmente um conjunto de coisas que coexistiram as resoluções. Isso é
443 uma dúvida que eu tenho e também o voto do Conselheiro ampliou a minha dúvida. De
444 qualquer maneira, nós temos um dever de casa a fazer, acredito que este Conselho
445 deveria analisar essa resolução mais profundamente e talvez identificar se alguma
446 atividade constante no Anexo I que o município entenda que deva incidir no licenciamento
447 ambiental. Por isso que eu acho que neste momento nós deveríamos deixar em *stand by*
448 essa revogação e proceder com esse estudo, porque talvez analisamos e possamos ter
449 um encaminhamento e talvez uma nova resolução e melhorar essas resoluções mais
450 antigas, até porque acho que elas carecem talvez de uma análise. Nós temos que rever
451 algumas resoluções mais antigas do COMAM para poder dar a essa nova realidade. É
452 isso, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,**
453 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Thiago, que
454 manifestou a sua posição no debate. Depois o Conselheiro José Truda inscrito. **José**
455 **Truda Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:** Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos.
456 Eu vou ser bastante breve e dizer, basicamente, o seguinte: tanto o Instituto Augusto
457 Carneiro, como este Conselheiro em Particular, somos extremamente favoráveis à
458 redução da burocracia no que tange à gestão ambiental. Nós entendemos que a evolução
459 do entendimento do que é a natureza e serviços ecossistêmicos têm trazido de parte de
460 significativa do empresariado no entendimento de que a gestão ambiental não deve ser
461 feita só em função das obrigações legais e sim por uma necessidade imperiosa para a
462 própria sobrevivência da sociedade. E em certa medida isso tem feito com que se possa
463 dispensar de alguma parte da burocracia, que exige comportamentos do empresariado e
464 da cidadania, através de legislação. Mas o voto de vista do Conselheiro José Renato traz
465 uma série de questões que também nos são muito caras em relação ao que diz respeito
466 ao pacto federativo e a competência concorrente para exercer a gestão ambiental no
467 território dos municípios, interárea através da edição de normas adequadas e de
468 ordenamento do licenciamento. Parece-nos que a análise feita pelo Conselheiro é
469 adequada, no sentido de que Porto Alegre não deve abdicar da sua competência
470 concorrente para fazer a análise de atividades que possam resultar em impactos
471 ambientais. Evidentemente, acompanho a reflexão do Conselheiro Thiago sobre nos
472 debruçarmos com mais calma sobre a parte substantiva da listagem de atividades e
473 normatização, mas entendo que o voto do pedido de vista do Conselheiro José Renato é
474 muito substantivo. Portanto, acompanho a sua posição no que diz respeito a essa análise
475 que estamos fazendo no momento. Muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
476 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
477 Obrigado, Conselheiro Truda. Na sequência a Conselheira Andrea inscrita para debater.
478 **Andrea Pinto Loguércio, UFRGS:** Então, vamos lá. Boa tarde, gente. Vamos esclarecer
479 os pontos. Primeiro, a Resolução nº 01/2016 é uma resolução que isenta licenciamento. O
480 que acontecia na época, que é a época ainda da 288 no Conselho? Os empreendedores
481 que estão ali listados precisavam abrir um processo, pagar uma taxa na Prefeitura para
482 receber não um licenciamento, uma declaração de isenção de licenciamento. Era isso que
483 acontecia, é disso que ela trata. Então, ela não trata de licenciar, ela trata de que
484 pequenos empreendedores, quando a gente olhar lá a lista do que está lá elencado, por
485 exemplo, são ferragens e lojas de material de construção, malharia que seja confecção
486 com área útil de até 250m², disponibilização de papa-pilhas, hotel, motel ou pousada,
487 tinham que ter um documento expedido pela Secretaria. Portanto, tu vais usar recursos da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

488 Secretaria, mão de obra da Secretaria, o empreendedor paga uma taxa para dizer: “O
489 meu empreendimento, a minha atividade não precisa de licença ambiental, está isento de
490 licença ambiental”. Essa é a Resolução nº 01/2016. Por que ela tinha essa necessidade?
491 Pela natureza do que estava escrito na 288, onde ela estava ancorada. Então, nós não
492 podemos confundir isso com a capacidade do município, que ele continua tendo, que ele
493 sempre teve e que ele continua tendo de estabelecer que determinadas funções que
494 tenham impacto local, ele município, autonomamente, com a sua soberania vai dizer:
495 “Não, aqui no meu município essa atividade, com esse corte o porte, ou por essa
496 natureza, ou por essa especificidade, precisa se licenciar”. Não, o que acontece aqui é
497 que eu tenho um lote, e por que veio essa demanda para o COMAM na época? Porque
498 tinha lá 4, 5, 10 mil processos, e era antes do SEI, era no processo de papel,
499 protocolados de gente pedindo uma declaração. E eu me lembro, porque eu fui uma das
500 empreendedoras pela UFRGS que tive que pedir para determinadas coisas. Por exemplo,
501 para funcionamento de Xerox dentro da universidade, que era um documento que dizia:
502 “Declaramos que o Xerox da UFRGS não precisa fazer um procedimento específico de
503 licenciamento ambiental”. É disso que tratava a Resolução nº 01/2016. Com a mudança
504 da 288 para a 372, o que acontece? A 372 fez o seu elenco e disse: “A partir daqui ou
505 município, como já era, continua soberano para declarar e estabelecer maior rigor para
506 determinadas atividades”. Continua a mesma coisa. Ele só não precisa, Porto Alegre e
507 alguns municípios não faziam, mas Porto Alegre exigia porque os empregadores
508 precisavam para determinadas coisas ter uma declaração de isenção. Do ponto de vista
509 do funcionamento da Secretaria e da cidade é de uma burocracia extrema, porque eu
510 estou dizendo para o pequeno empreendedor, não é para o grande, vejam tudo que está
511 ali: farmácia de manipulação, comércio varejista. São áreas pequenas, que vão fazer um
512 processo, vão pagar uma taxa e vão receber o quê? Uma declaração de que não
513 precisam de licenciamento. Não estou fazendo nenhum tipo de proteção ambiental aqui.
514 Eu estaria fazendo proteção ambiental quando a Prefeitura resolver o seguinte: eu vou
515 dedicar os meus técnicos, que continua sendo o mesmo tamanho de corpo, que eu
516 continuo dizendo que são poucos, já para fazer uma ressalva, a trabalhar em efetivos
517 licenciamentos e atividades que precisam de licenciamento. Não para gastar hora técnica
518 para declarar que tu não precisas de licenciamento em um documento. É um documento
519 de não licenciamento. Então, essa distinção precisa ficar muito clara, porque todo o
520 debate, toda a análise do José Renato faz sentido se nós tivéssemos isentando de
521 licenciamento ou derrubando de licenciamento para tornar isentos, mas não é isso que
522 estamos fazendo. Nós estamos fazendo, o entendimento é, realmente, não tem porque,
523 são mais de 20, mais de 30 questões: bocha, padaria... Por quê? Porque na hora que o
524 cara vai lá buscar o alvará da SMIC e tudo mais ele precisava dessa declaração. E aí o
525 que a SMAM fazia? Fazia um procedimento, fazia um processo que culminava em uma
526 taxa que o pequeno empreendedor tem que pagar para obter uma declaração de não
527 precisa licenciar. Com esse entendimento, quando se discutiu a 372 já se fez diferente do
528 entendimento que tinha na 288, porque daí se deram conta que é 288, na forma como
529 estava a redação, estava gerando esse impacto, principalmente nos municípios maiores.
530 Os menores simplesmente não tinha declaração, não precisa, não precisa. Ter que
531 declarar que eu não preciso é outra coisa, mas os maiores e mais precavidos tinham essa
532 figura da declaração de isenção de licenciamento. Então, a revogação da 01/2016 é
533 simplesmente terminar com a declaração de isenção. Esse foi o parecer que saiu da
534 câmara técnica, dizendo que realmente não tem porque, porque o que o município quer
535 licenciar e entende de impacto local vai continuar licenciando e ele tem que continuar
536 licenciando. Não tem porque manter uma resolução que cria conflito porque daí ela não
537 existe mais, ela estava ancorada na 288, que caiu, e eu continuo tendo que ir lá pedir uma

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

538 declaração de que eu sou isento de licenciamento, pagando uma taxa, ficando na fila,
539 colocando mais processos na fila do setor de licenciamento da SMAMUS e aí os
540 licenciamentos importantes que o José Renato listou vários aqui, de empreendimentos
541 grandes, obviamente, ou passam mais rápido, ou não tem o devido, a gente nós
542 consegue se debruçar sobre ele. Por quê? Porque 90% na época dos processos de
543 licenciamento era para declarar que não incide licenciamento sobre essa atividade. Feitos
544 esses esclarecimentos, agradeço Presidente. **Germano Bremm, Presidente e**
545 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
546 Obrigado, Conselheira Andrea, que retomou bem o tema aqui, esclarecendo todos os
547 pontos, no sentido do que está se propondo aqui. Eu acho que ficou bem esclarecido pela
548 fala da Conselheira Andrea. Depois o Conselheiro Paulo Renato. **Paulo Renato**
549 **Menezes, AGAPAN:** Bem rapidamente, para não perdermos muito tempo, esse ponto de
550 pauta, realmente, é meio complexo, está havendo dificuldade de entendimento. Mas a
551 nossa representante na Câmara Técnica, a Eliege Fante, foi voto minoritário contrário a
552 essa revogação, e agora veio o Conselheiro José Renato com um parecer de 7 páginas e
553 se coloca também contra a revogação. Neste momento nós estamos aprovando,
554 apoiando a não revogação. Se precisa mesmo revogar precisa ser melhor esclarecido. Só
555 isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
556 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Pulo Renato. A
557 Conselheira Ângela depois inscrita, depois a Conselheira Marília. **Ângela Molin,**
558 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
559 Eu apenas gostaria de colocar, agregando ao voto da Conselheira Andrea, que foi a
560 nossa relatora, inclusive, na Câmara Técnica, onde decidimos pela maioria, voto vencido,
561 como disse o Conselheiro Paulo Renato, representante da AGAPAN, que respeitando
562 profundamente o voto do Conselheiro José Renato, nós temos apenas que lembrar que
563 eventuais inconstitucionalidades devem ser declaradas pelo poder judiciário. E o órgão
564 ambiental tem que primar a sua atividade administrativa, especialmente no licenciamento,
565 com base no princípio da legalidade. Então, nós temos a Constituição Federal, temos a
566 Lei Complementar nº 140, que trata das ações administrativas onde envolve a repartição
567 das competências entre os entes federados, competências ambientais entre os entes
568 federados. E coloca claramente a atribuição aos conselhos estaduais de meio ambiente
569 para fazerem as definições das atividades potencialmente poluidoras. Então, nesse
570 sentido, parece-me que uma resolução que isenta de licenciamento, que é anterior à
571 última resolução do Conselho Estadual e que não está em consonância com ela, não
572 pode permanecer. Então, eventualmente, se o Conselho de Meio Ambiente Municipal
573 entender, dentro daquela reserva que o Conselho Estadual nos faz, de estabelecer
574 licenciamento para alguma atividade que, porventura, o Conselho Estadual assim nos
575 delegue, efetivamente, nós podemos discutir em outro momento. Mas isso em nada
576 confronta agora, neste momento, com a revogação dessa resolução. Era isso, Presidente.
577 Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
578 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Ângela, pelos
579 esclarecimentos. Depois a Conselheira Marília. **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:**
580 Bom, Presidente, eu não ia pedir a palavra, mas acabei solicitando pelo rumo que os
581 debates tomaram. Eu já manifesto que a OAB é favorável à revogação, que nós vamos
582 acompanhar o voto da relatora. Na verdade, a Andrea já colocou e pontuou muito bem o
583 que eu ia destacar, que são compreensíveis e louváveis todas as manifestações dos
584 colegas em relação à divergências, especialmente da preocupação com o licenciamento,
585 com a exigência de realmente haver uma gestão ambiental, de uma adequada análise
586 ambiental para determinados empreendimentos. Inclusive, como disse um dos colegas,
587 favoráveis à desburocratização. Então, em relação á análise ambiental a Andrea pontuou

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

588 muito bem. esses procedimentos que nós estamos agora retirando, revogando do corpo
589 de exigências postas ao poder público e aos particulares, que é esse pedido de isenção,
590 ele não passa por nenhuma análise ambiental. Então, isso a Andrea deixou muito claro. E
591 em relação à desburocratização também perfeito, que, na verdade, nós estamos
592 burocratizando uma Secretaria que está, demasiadamente, sobrecarregada, com diversas
593 atividades que são impostas a ela, como acumulação. Isso não é uma realidade. Não é
594 uma crítica a Porto Alegre, é uma realidade nacional. Então, realmente, nós simplesmente
595 retirarmos do mundo jurídico que nós temos como conselheiros, como Conselho, uma
596 função normativa, e nós estamos realmente reorganizando e vendo que não cabe mais
597 nós mantermos essa norma, que saibam todos que isso causa um transtorno muito
598 grande. Não só para os particulares, que têm que buscar o poder público, e vocês
599 imaginem nesse período agora de pandemia com todas as dificuldades de comunicação,
600 de sistemas, buscar esse respaldo do poder público para dizer que eles não precisam de
601 licenciamento, que eles estão isentos de licenciamento. Então, já adiantei o nosso voto,
602 mas, realmente, nós somos extremamente favoráveis, porque como bem relatado isso
603 traz segurança jurídica para a atuação do poder público e para a atuação do particular.
604 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
605 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Marília, também pontuou bem a
606 sua visão sobre o tema. Eu acho que o debate está bastante maduro, é um processo que
607 já foi distribuído lá no mês dez ainda de 2020, passou pelas câmaras técnicas, todos
608 tiveram a oportunidade de fazer análise, manifestar seu voto, sua posição. Agora, por
609 último, então, debateram. Eu acho que está bem maduro o tema, conforme prevê as
610 nossas regras e procedimentos, distribuição, Câmara Técnica, relato, vista, debate, agora
611 a gente coloca em votação o presente item constante na nossa pauta. Então, retomando
612 a aprovação do Expediente **19.0.000044683-4, revogação da Resolução nº 01/2016,**
613 **conforme** já relatado pela câmara técnica em 29/04, relato favorável à revogação da
614 resolução. Senhores Conselheiros, nesse sentido eu vou fazer a leitura nominal dos
615 votos, começando pela representante do Gabinete do Prefeito, Conselheira Luciane,
616 como vota? Favorável ou contrária pela revogação? **VOTAÇÃO NOMINAL: Luciane**
617 **Martins Pinheiro, Gabinete do Prefeito – GP:** Voto favorável. **Gabriela Schardosim**
618 **Cardoso, SMDET:** Favorável (chat). **Marlusa Cristiane Reuter Colombo, DMAE:**
619 Favorável. **Alessandra Nogueira Pires, DMLU:** Presidente, boa tarde. Minha dúvida, na
620 verdade, o Diretor é a pessoa indicada para votar. Estou aqui representando ele. Sendo
621 assim eu tenho direito de voto ou não? **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
622 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, tu és
623 suplente. Então, na ausência dele tu que votas. **Marlusa Cristiane Reuter Colombo,**
624 **DMAE:** Então, favorável. **Dannyele Ribeiro Fagundes, SMSURB:** Boa tarde. Favorável.
625 **João Eduardo Quevedo Reymunde, SMS:** Favorável, Secretário. **Jairo Luís Cândido,**
626 **CRBIO-3RS/SC:** Boa tarde a todos e todas. Contrário, Presidente. **Fabiana da Silva**
627 **Figueiró, FIERGS:** Voto favorável à revogação. **Andrea Pinto Loguércio, UFRGS:**
628 Favorável. **Marília Longo do Nascimento, OAB-RS:** Favorável. **José Renato Barcelos,**
629 **MJDH:** (Contrário no relato). **José Paulo Oliveira Barros, UAMPA:** Eu me abstenho.
630 **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Contrário. **Thiago Gimenez Fontoura, Associação**
631 **Toda Vida:** Eu peço que façam uma consignação em ata. Tendo o Toda Vida
632 acompanhado pela revogação na Câmara Técnica, eu pessoalmente sou contrário, mas
633 como aqui represento a entidade, voto favorável à revogação. **José Truda Palazzo,**
634 **Instituto Augusto Carneiro:** Voto contrário, Senhor Presidente. Obrigado. **Simone**
635 **Steigleder Botelho, AMA Guaíba:** Contrária. **Germano Bremm, Presidente e**
636 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
637 Temos 10 votos favoráveis, 01 abstenção e 05 votos contrários. Nesse sentido aprovado

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

638 o Item 4.1 da nossa pauta. **APROVADA A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2016**
639 **DO COMAM**. Assim, Senhores Conselheiros, temos:

640 **4.2. DELIBERAÇÃO: TEMPO DE DURAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO**
641 **COMAM.**

642 É uma proposta o Conselheiro José Truda para estender a reunião além das 2 horas
643 previstas enquanto houver pauta. Eu consulto, Senhores Conselheiros, se querem discutir
644 o assunto antes de a gente colocar em votação? Eu, pessoalmente, acho que uma
645 reunião com mais de 2 horas tende a ser uma reunião um pouco desgastante. O pessoal
646 começa a sair, a ficar um pouco cansado, mas se a maioria dos conselheiros entenderem
647 como adequado. Então, consulto, quem gostaria de se inscrever para debater esse
648 assunto antes da gente colocar em votação? Conselheira Marília, Conselheira Andrea,
649 Conselheiro Thiago e, automaticamente, o Conselheiro Truda inscrito a falar por último.
650 Está bem? Conselheira Marília para debater por 2 minutos. **Marília Longo do**
651 **Nascimento, OAB/RS:** Bom, muito brevemente. Eu sou contrária à ampliação. Eu
652 considero adequada e bem extensa já uma pauta online de 2 horas. A minha sugestão
653 fica no sentido de que nós podemos, inclusive criar um melhor procedimento. É uma nova
654 forma, que está funcionando, que realmente nós temos um quorum adequado. Mas nós
655 podemos estabelecer de forma mais detalhada quanto tempo de fala. Eu não sei se nós já
656 temos um procedimento em relação a isso, para realmente otimizarmos e serem duas
657 horas de pautas efetivas e produtivas. Eu já manifestei em outra ocasião, em algumas das
658 nossas reuniões deste ano que eu sou contrária que pautas de apresentações sejam
659 feitas antes das pautas deliberativas. Então, aqui eu reintero, se nós fizermos uma
660 organização, entendo que a gente tem que ter essa primeira parte para manifestações,
661 pautas deliberativas e só no final, então, as pautas de apresentações, aquelas que não
662 exigem um quorum qualificado. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
663 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
664 Conselheira Marília. Eu vou lhe oportunizar a fala, Conselheiro Truda, então, antes para
665 prestar algum esclarecimento. Eu acabei passando por último, porque na nossa resolução
666 de procedimentos tem previsto, até já respondendo ao questionamento da Conselheira
667 Marília, a gente tem as inscrições, o período de fala para o período de Comunicação,
668 depois a gente distribui para a Câmara Técnica, depois o relato da Câmara Técnica,
669 depois a oportunidade da diligência dos conselheiros, depois colocamos em debate e tem
670 tudo previsto nos prazos. Às vezes eu deixo passar um pouco, a pessoa fala um
671 pouquinho mais, mas a gente tem essa organização, esse fluxo do tempo. E nessa nossa
672 resolução tem a previsão do conselheiro, o relator nos debates a gente sempre o inscreve
673 por último, mas seria bom a gente fazer o esclarecimento, porque daqui a poucos todos
674 vão debater algum encaminhamento diferente, pelo que eu vi no chat. Conselheiro Truda,
675 fique à vontade. **José Truda Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:** Obrigado,
676 Presidente. Não, basicamente, porque a proposta formulada dá impressão de que o que
677 eu propus foi que varemos a noite senão conseguirmos vencer a pauta. E não se trata
678 disso, na verdade, a minha proposta veio em cima de uma demanda anterior já, de outros
679 conselheiros, inclusive, do Conselheiro José Renato, que também me lembro, no sentido
680 de que o corte abrupto das deliberações em 2 horas nos impede de fazer progresso neste
681 Conselho. Nós somos um Conselho de Meio Ambiente e de uma capital muito importante.
682 Parece-me que enquanto durar a necessidade de reuniões remotas nós servos obrigados
683 a cortar o debate e a deliberação em 2 horas, é a algo absolutamente insuficiente para
684 darmos andamento à missão deste Conselho. E é por isso que a minha proposta seria de
685 que nós pudéssemos chegar a algum entendimento o sentido de prolongar as nossas
686 reuniões virtuais, para que houvesse maior efetividade do nosso trabalho, não

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

687 necessariamente prolongar até acabar a pauta, mas que nós pudéssemos esticar na
688 medida do possível. Eu entendo também as dificuldades infraestruturais para o pessoal
689 da própria Secretaria fazer o acompanhamento do trabalho, mas acho que alguma
690 flexibilidade, no sentido de nós podemos passar dessas duas horas, que são
691 absolutamente insuficientes, repito, para nós trabalharmos nos temas que afligem Porto
692 Alegre na área da gestão ambiental. E por aqui encerro a minha participação e debate
693 também para não nos prolongarmos demais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
694 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro,
695 deixa eu lhe questionar, talvez a título de encaminhamento, para a gente tentar compor.
696 Pelo o que o senhor sugere, que isso seja verificado sempre incidentalmente, no curso do
697 processo, quando chegar o horário. A gente permanece com as 2 horas e se, porventura,
698 estivermos com processo em pauta em aberto, enfim, que seja consultado aos
699 conselheiros sobre a prorrogação, por mais 15, 30 minutos, enfim. Eu acho que aí a gente
700 segue a linha lógica da programação para as 2 horas, mas, oportunamente, se algum
701 processo estiver em aberto, não tiver iniciado outro ainda, enfim. Imagino que isso a
702 Presidência consegue conduzir, dá o segmento para concluir, senão ir para outra reunião,
703 um mês depois, fica difícil. Então, se o senhor permitir encaminhar dessa forma, a gente
704 nem coloca em votação essa prorrogação, ou o senhor prefere que a gente coloque em
705 votação a prorrogação, Conselheiro? **José Truda Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:**
706 Não, obrigado, Presidente, pela proposta. Eu acho que a gente pode achar um
707 entendimento por aí sim. Eu acho que 15 minutos muito pouco tempo, mas nós
708 estabelecemos a possibilidade de construirmos a continuidade da reunião, talvez até no
709 máximo uma hora a mais, mas seria importante a gente dar vencimento nas pautas. Eu
710 ouvirei, evidentemente, os demais conselheiros, mas me inclino para uma solução de
711 consenso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
712 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Vamos ouvir os
713 demais. Conselheira Andrea. **Andrea Pinto Loguércio, UFRGS:** Eu só queria fazer um
714 resgate, as 2 horas de reunião já eram 2 horas no presencial. E a gente estabeleceu lá
715 atrás as 2 horas de reunião por um motivo muito simples, porque as pessoas
716 simplesmente não vinham porque as reuniões ocupavam a tarde inteira. Eu sou do tempo
717 que as reuniões começavam às 13h30min e às vezes era 17h30min, eram 18 horas e
718 elas não tinham terminado. Aí o que começou a acontecer foi uma diminuição da questão
719 do *quorum*. Por quê? Porque muitas pessoas, por exemplo, esta semana eu fiz a minha
720 agenda e esta semana eu trabalhei praticamente para o COMAM, a maior parte do tempo
721 da minha semana, porque a gente participa de mais de uma Câmara Técnica, porque as
722 reuniões das Câmaras Técnicas demandam a manhã inteira e porque existe um trabalho
723 de reunião. Eu costumo dizer que o home office terminou com a vida da gente, porque tu
724 passas a tarde inteira em uma reunião ganhando um monte de tarefas para fazer no
725 horário fora da reunião, sendo que na sequência te marcam outra reunião. Aí tu enfias a
726 noite para colocar as tarefas em dia. E o meu Presidente da Câmara Técnica, que é o
727 Thiago, e eu já postei, inclusive, os “bigodes” do Thiago em outra reunião, exatamente
728 porque nós temos outras demandas do próprio Conselho. Então, nós fizemos uma
729 resolução de tentar inverter, de enxugar o tempo geral das comunicações de colocar no
730 meio da reunião as deliberações para que as coisas não ficassem sem voto. E ficando
731 para o final das reuniões aquilo que são as apresentações, quer dizer, não dependem
732 mais de quorum, que é para a gente ter quorum nas votações. Muitos de nós, realmente,
733 tem problemas, mesmo estando em home office, que as pessoas vão dizer: “Ah, mas tu
734 não te deslocas”. Assim, mas o home office não diminuiu o trabalho das pessoas, na
735 maioria das vezes ele sobrecarregou de trabalho as pessoas. Então, às vezes, mais uma
736 hora significa mais uma hora de todas as outras coisas. Antigamente, das 16 às 17 não

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

737 fazia nada, hoje quem sai aqui de uma reunião às 16 às vezes já tem outra coisa para às
738 16h15min, que é o tempo de levantar da cadeira, ir no banheiro, voltar e outra reunião de
739 outro trabalho. A maior parte de nós aqui tem uma atividade econômica que não é o
740 Conselho. O Conselho praticamente é uma atividade que a grande maioria dos
741 conselheiros que estão aqui fazem de modo voluntário. Então, se a gente otimizar, se for
742 necessário a gente esticar 15 minutos é uma coisa, se a gente otimizar as próprias
743 pautas, e eu tenho debatido bastante isso com a Dra. Ângela no Comitê Executivo, de
744 enxugar as apresentações, de enxugar as pautas, de ser mais objetivo para otimizar o
745 tempo das pessoas. A vida não está fácil nesse tal de home office para ninguém e a gente
746 tem passado muito tempo sentado em reuniões. Eu acho que o que a cidade espera de
747 nós, talvez, é que a gente consiga produzir mais coisas nas Câmaras Técnicas do que
748 exatamente passar mais tempo em reunião, não necessariamente esse tempo é mais
749 produtivo, no meu ponto de vista. sou bastante favorável a esse “esticar” 15, 10min, mas
750 não pensar em reunião que vão até à s17 horas. **Germano Bremm, Presidente e**
751 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
752 Está bem, obrigado, Conselheiro Andrea. Conselheiro Thiago. **Thiago Gimenez**
753 **Fontoura, Associação Toda Vida:** Concordo com a Andrea, porque além da
754 representação aqui neste plenário nós acumulamos também a representação nas
755 Câmaras Técnicas. Eu faço parte de duas Câmaras Técnicas, inclusive, uma eu presido,
756 a gente tem que se desdobrar. Eu aqui, além de ser conselheiro, também acumulo outras
757 representações em outros conselhos. Lá na Câmara Técnica Permanente do CONSEMA
758 a reunião começa às 9 e vai até meio dia. Então, nós ficamos um bom tempo lá
759 discutindo, debatendo. Eu acho que o que traz o Conselheiro Truda é uma questão muito
760 relevante e penso que isso parte da sensibilidade da presidência. Quem deve ter a
761 sensibilidade de estender a reunião, de entender que nós estamos aqui debatendo temas
762 importantes, talvez nós possamos ficar 15 minutos, 1 hora, deve ser prerrogativa da
763 Presidência. A Presidência deve ter essa sensibilidade. O que não pode acontecer é estar
764 chegando às 16 horas e começar a apressar o trabalho para todo mundo r embora e
765 acabar a discussão. Tem que partir da Presidência uma sensibilidade maior quando está
766 chegando o fim e quando há uma pauta relevante. E outra questão, eu acho que também
767 nós temos que ter uma cultura de quando necessário chamar reunião extraordinária se for
768 preciso para poder continuar essas deliberações. Os conselheiros que estavam na gestão
769 passada, muitas vezes os conselheiros iam lá e não faziam nada em 2 horas, ficava lá
770 uma discussão, mas agora o Conselho está trabalhando muito, além deste plenário temos
771 as Câmaras Técnicas. Então, acho que o encaminhamento deve ser nessa linha, que a
772 Presidência seja sensível, quando necessário, quando notar que há uma pauta que
773 precisa estender mais uns 15, 30 minutos, que fique a critério da Presidência e dos
774 conselheiros. Essa é a minha fala. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
775 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
776 Conselheiro Thiago, pelo encaminhamento. Depois o Conselheiro José Renato. Sem
777 dúvida, Conselheiro, a Presidência é sensível e, naturalmente, atende aquilo que a
778 maioria entender como adequado. Eu, assim como propus para o Conselheiro Truda,
779 talvez o encaminhamento seja no sentido de quando chegar na oportunidade do término
780 da reunião consultar sobre a prorrogação a todos os conselheiros, por mais 15 minutos,
781 porque cada um tem os seus compromissos, a sua dinâmica. Enfim, se a maioria ficar ali
782 várias dar o quorum necessário para deliberar, se a maioria não ficar não vai ter a
783 reunião. José Renato, o último inscrito. **José Renato Barcelos, MJDH:** Eu acho que nós
784 estamos chegando a um ponto interessante. Em primeiro lugar, eu acho que nós temos
785 que ficar atentos, é uma coisa que está me chamando atenção aqui no COMAM, é
786 exatamente essa questão da celeridade. Da extrema rapidez no encaminhamento dos

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

787 debates, dos assuntos e da produtividade. Isso eu acho preocupante, sinceramente. Nós
788 temos que nos preocupar com o aprofundamento das questões que são colocadas aqui.
789 Eu sou favorável que não se tenha tempo pré-determinado. Acho que a reunião se torna
790 interessante a partir do momento que ela não é bem concisa ou quando a dinâmica não
791 favorece o aprofundamento. Ela pode muito bem acabar, inclusive, antes das 2 horas. Já
792 parte da escolha da pauta, que tem que ser algo produtivo, interessante, enfim, que a
793 gente possa deliberar com tranquilidade. Agora, este Conselho, na minha opinião, é um
794 Conselho de debate, de aprofundamento das questões essenciais à cidade. Nós não
795 podemos ficar vinculados a um tempo pré-determinado. Eu acho interessante a proposta
796 de haver da parte da coordenação e de nós conselheiros também um consenso daquilo
797 que é razoável. Eu acho que o Truda tem absoluta razão nisso, ninguém aqui tem
798 interesse em entrar noite adentro aprofundando temas, não é esse o espírito da coisa,
799 mas que a gente possa debater os assuntos de uma forma lúcida, com tranquilidade.
800 Desculpem-me, mas é o que não vem acontecendo, eu preciso ser direto aqui, é o que
801 vem acontecendo. , nós estamos sendo pautados pelo relógio, quando chega próximo às 16
802 horas é o que vem acontecendo. Então, eu acho que é possível sim, como diz o
803 Secretário, partir da coordenação e de nós conselheiros discutirmos com tranquilidade os
804 temas, sem que a gente precise ficar marcado e pautado pelo relógio. Fica a questão do
805 bom senso, mas que a gente possa aprofundar os temas de forma a esgotá-los, senão
806 nesta e uma próxima reunião. A proposta que o Thiago fez também é interessante, nós
807 criamos a dinâmica de chamarmos reuniões extraordinárias, enfim, para aprofundar os
808 temas que forem necessários. Era isso. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm,**
809 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**
810 – **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro José Renato. Eu sugiro nesse sentido, que a gente
811 sempre faça, quando chegar o horário consulte acerca da prorrogação, inicialmente por
812 15 minutos mais ou 30, talvez, enfim. Se a maioria tiver condição de ficar vai votar de
813 acordo com a prorrogação. Se a maioria não tem condição de permanecer, aí se encerra
814 a reunião, mas fica essa diretriz de 2 horas, para fins de organização também, cada um
815 nas suas agendas. Então, pode ser nesse sentido, Conselheiro Truda? **José Truda**
816 **Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:** Obrigado, Presidente. Aceito esa solução de
817 consenso, mas gostaria de deixar constante em ata que no entendimento da nossa
818 instituição estado Conselho tem a missão extremamente importante e que transcende os
819 problemas de disponibilidade de tempo das pessoas. Nós estamos representando
820 instituições que acharam importante o suficiente participar deste Conselho para estarem
821 aqui representados e achamos que é muito necessário que nós tenhamos o tempo
822 necessário para deliberar. Acato a sua solicitação e agradeço a sua gentileza em
823 encaminhar essa solução de consenso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
824 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
825 Conselheiro Truda. Sem dúvida, todos aqui tem um papel extremamente importante neste
826 Conselho. Nesse sentido as nossas regras ali, naturalmente, como qualquer conselho,
827 fórum, câmara, assembleia, tem uma disciplina de funcionamento, momentos de fala,
828 para a gente ter esse fluxo acontecendo, por isso que deliberamos por uma resolução de
829 procedimentos aqui neste Conselho para a gente organizar um pouquinho essas falas e
830 ter a oportunidade de outras pautas entrarem. Eu acho que está muito bom, está fluindo.
831 Naturalmente, temos algumas dificuldades, mas estão andando, estamos cada vez mais
832 nos aprimorando no rito, tendo todas as oportunidades necessárias para o debate, para a
833 diligência, para o relato, para vista, está tudo previsto, todo esse fluxo democrático, onde
834 todas as entidades, todos os representantes podem manifestar a sua posição. Passamos,
835 então, ao irem:

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

836 **4.3. APRESENTAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS DE**
837 **LICENCIAMENTO DAS UNIDADES DE TRIAGEM - UTS – SMAMUS E DMLU.**

838 É uma demanda dos próprios conselheiros. A Secretaria vem se esforçando aqui, por
839 meio da Diretoria de Planejamento, com a Natália, para aproveitar essa unificação das
840 estruturas, do licenciamento urbano ambiental que estão dentro a nossa Secretaria, junto
841 com a Giulianna lá do DMLU, em a gente auxiliar essas unidades que tenham alguma
842 dificuldade de documentação, que estão instaladas por muitas vezes em locais
843 irregulares, tem dificuldades de encontrar esse ou aquele documento. Então, a gente
844 designou a equipe da diretoria para tentar mapear, identificar, ver quais são as barreiras,
845 superar, auxiliar nessa regularização que a gente acredita que é muito importante. Então,
846 eu não sei quem é que vai falar. É a Natália, a Giulianna e a Lígia também. **Natália,**
847 **CGMU/SMAMUS:** Olá, tudo bem? Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, Conselheiros
848 e Conselheiras. Eu vou ser a porta-voz do nosso grupo de trabalho e queria começar
849 apresentando, enfim, eu sou a Natália. Eu queria falar um pouquinho do nosso GT
850 Operacional, que sou eu, a Arquiteta Giulianna do DMLU, a Arquiteta Lígia também, que
851 trabalha na CPU, eu trabalho na CGMU. E está aqui presente também a Alessandra, que
852 faz parte do GT mais gerencial, digamos assim, do nosso trabalho. Também a nossa
853 Coordenadora Vaneska, que faz parte desse trabalho. e a gente montou uma
854 apresentação para falar um pouquinho do que a gente está fazendo. Nós ficamos muito
855 felizes em poder falar sobre isso neste Conselho. Enfim, eu vou começar a apresentação
856 e a gente vai conversando ao longo do processo. Então, vou falar um pouquinho sobre as
857 unidades de triagem de resíduos sólidos de Porto Alegre. Vou trazer um pouquinho só o
858 conceito e importância das unidades de triagem, que, basicamente, fazem a separação
859 dos resíduos provenientes da coleta seletiva e nessas unidades de triagem o resíduo é
860 selecionado e separados pelos catadores, para, posteriormente, ser comercializado. E é
861 uma atividade bem importante no sentido de cidadania, porque ela gera renda para as
862 pessoas que trabalham com esses resíduos. Então, é importante nessa questão do
863 desenvolvimento sustentável. Então, um pouquinho só do histórico, eu vou falar do
864 Programa Todos Somos Porto Alegre. Então, surgiu o primeiro Código Municipal de
865 Limpeza Urbana em 1990, onde se determinou que a coleta de resíduos seria
866 competência exclusiva do DMLU. Em 2008 foi criada a lei conhecida como “lei das
867 carroças”, que proibiu, em função dessa coleta ser competência exclusiva do DMLU,
868 proibiu a circulação dos veículos de tração animal e humana. E esse programa, então,
869 veio para promover essa emancipação dos carroceiros e dos carrinheiros, dando uma
870 coordenação para esse trabalho. Então, o programa foi estruturado em três projetos: de
871 inclusão produtiva de catadores, de veículos de tração humana e animal; reestruturação
872 do sistema de triagem de Porto Alegre e também a educação ambiental. Então, isso tudo
873 para dizer que nós fazemos parte, o nosso grupo de trabalho faz parte dessa
874 reestruturação do sistema de triagem de Porto Alegre. Então, um breve histórico, bem
875 enxutinho mesmo, falando um pouquinho do que vem acontecendo ao longo do tempo.
876 Então, em 1990 começou a coleta seletiva aqui em Porto Alegre. Em 91 foi criada a
877 primeira unidade de triagem de Porto Alegre, ou seja, está completando 30 anos este ano,
878 que foi a Aterro Norte. Em 2005 se iniciou um processo tentativas de se licenciar essas
879 unidades de triagem por parte do DMLU, mas não foi muito adiante. Em 2017 se criou um
880 grupo de trabalho para tratar do licenciamento dessas unidades de triagem. Em 2018 foi a
881 aprovação da resolução do COMAM. Em 2020, está completando um ano agora, iniciou-
882 se essa parceria entre secretarias para a gente conseguir fazer o que há muitos anos vem
883 se tentando fazer sem sucesso. Então, é bem, digamos assim, uma responsabilidade bem
884 grande que a gente está assumindo aí. Então, nessa parceria de DMLU e Secretaria do
885 Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, nós começamos o trabalho desse GT mais

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

886 operacional, a gente partiu do trabalho exaustivo que já estava sendo feito no DMLU,
887 encabeçado pela Arquiteta Giulianna. Então, reunimos todos esses documentos e a
888 SMAMUS nos deu essa incumbência de fazer essa regularização urbanística para
889 conseguir viabilizar a regularização dessas unidades. Então, a gente começou verificando
890 quais das unidades de triagem já estavam gravadas no Plano Diretor e quais ainda não
891 estavam gravadas. Então, a gente fez toda essa triagem de verificação. Então, a gente
892 identificou quais deveriam ser gravadas e partimos para o processo de gravame delas.
893 Algumas dessas unidades não gravadas no Plano Diretor teriam que ter o seu regime
894 alterado, o seu regime urbanístico, visto que a atividade permitida no local, aliás, a
895 atividade de unidade de triagem não seria permitida no local, no território. Então, a gente
896 teve que proceder essa alteração de regime urbanístico. Algumas dessas unidades não
897 gravadas no Plano Diretor a gente identificou que o regime urbanístico permitia que elas
898 passassem, digamos assim, por processo de regularização urbanística. Então, elas foram
899 tramitadas, algumas já estavam sendo tramitadas pelo DMLU, já vinham em tramitação. A
900 gente corrigiu algumas coisas que voltaram de comparecimento e tal, fizemos algumas
901 correções e conseguimos, felizmente, aprovar uma unidade de triagem, a Unidade Padre
902 Cacique. E duas estão em vias de aprovação, que é a Unidade da Santíssima Trindade e
903 a Frederico Mentz. As demais, que no total são 16, estão tramitando em dois processos
904 que estão com a PGM agora, que foram divididas em dois grupos, porque algumas
905 estavam localizadas em áreas de interesse cultural e as demais não. Então, a gente
906 agrupou por similaridade. Então, tem dois processos tramitando hoje para a PGM, que é
907 um processo dessas unidades de triagem de interesse cultural e as demais. Alguns
908 desafios que a gente vem encontrando, que a gente gostaria de relatar aqui para este
909 Conselho, que são muitas das questões de documentação, questões de matrícula, os
910 levantamentos topográficos, porque hoje em dia a gente não tem delimitados os terrenos
911 onde elas estão localizadas. Então, a gente até pode fazer o levantamento das
912 edificações, que a Giulianna já fez todos esses levantamentos das edificações; porém, a
913 gente não consegue delimitar até onde vão esses lotes e isso é imprescindível para que
914 seja feita a regularização urbanística. Outras questões, ocorre que as unidades criadas
915 estão implantadas em uma matrícula muito maior do que propriamente o lote da unidade
916 de triagem. Vou dar um exemplo aqui para vocês, tem uma unidade de triagem dentro do
917 complexo São Pedro. Então, o Complexo São Pedro, acredito que todos aqui conheçam,
918 é um complexo gigantesco e para regularizar essa unidade de triagem a gente teria
919 regularizar da forma como é feita a matrícula hoje, a gente teria que regularizar todo o
920 complexo São Pedro e não é o nosso interesse regularizar todo o complexo São Pedro.
921 Gostaríamos de regularizar apenas a unidade de triagem. Então, nós estamos buscando
922 algumas alternativas, já fizemos inúmeras reuniões para verificar de que forma a gente
923 pode individualizar essa matrícula, ou seja, descolar esse lote do todo dessa matrícula
924 maior, descolar essa matrícula para que a gente consiga viabilizar, efetivamente, o que a
925 gente tem interesse, que é a regularização da unidade em si. Temos muitos problemas
926 também com relação a termo de cessão de uso, identificar quem são os proprietários da
927 área, tem algumas áreas que são de particular, outras que são do Estado, outras que são
928 da União, outras que estão do DEMHAB, enfim, tem “n” situações. Então, a gente está
929 tendo muita dificuldade com relação a isso. Posteriormente, falando de uma etapa mais
930 além da regularização, temos questão de atendimento às normas e legislação da
931 construção civil, porque as unidades de triagem não têm hoje em dia a infraestrutura
932 básica de acessibilidade, não temos um passeio público que consiga se chegar, um
933 cadeirante não consegue acessar. Isso tudo, as instalações, as edificações em si estão
934 muito precárias, falta muitas vezes cobertura nas edificações, não temos telhado, chove
935 dentro das unidades, enfim. E também temos que esse investimento em obras e reformas

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

936 necessárias de banheiros, muitas coisas que a gente vem observando. Então, aqui eu
937 trouxe um fluxo básico do que seria um fluxo de aprovação e licenciamento para vocês
938 irem entendendo as dificuldades que nós estamos tendo. Então, o fluxo ideal, em um
939 mundo ideal, seria que primeiro fosse feito um projeto de uma na unidade de triagem.
940 Depois esse projeto seria encaminhado para aprovação e licenciamento urbanístico, após
941 aprovação seria solicitada uma licença de instalação, uma licença ambiental. Depois disso
942 seria construída essa unidade de triagem, após a construção seria solicitada a emissão
943 do Habite-se, seria feita uma vistoria, enfim, seria dado o Habite-se e, por fim, a licença
944 ambiental de operação. Então, a implantação de todas essas unidades de triagem não
945 seguiram esses trâmites e muito disso decorrem os desafios que estamos enfrentando
946 hoje nesse licenciamento, que a gente tem que fazer muitas vezes o caminho inverso
947 disso. Bom, já está construído, não tem licença, não tem Habite-se, vamos ver o que a
948 gente vai fazer, né. Então, esse que é o nosso trabalho hoje. Então, a gente tem que dar
949 conta do que, claro, não foi feito e temos que contornar de alguma forma para atingir o
950 nosso objetivo, que é a regularização dessas unidades. Então, aqui um mapinha preciso
951 das unidades que nós temos na cidade, que são 16 unidades oficiais, no caso, que têm
952 convênio com a Prefeitura, porque existem outras unidades que não são conveniadas. E
953 elas estão distribuídas no território. Aqui, mais ou menos, vocês podem vê-las, aqui tem
954 muitas na Zona Norte, aqui na Restinga, na Lomba. Então, eu não vou me deter de uma a
955 uma para também não ser uma apresentação muito extensa, mas eu vou passar,
956 rapidamente, assim, porque os problemas vão se repetindo, mas só para vocês verem
957 que a gente tem tudo documentado. Então, a gente fez uma planilha que deixou bem
958 claro o que falta para cada uma dessas unidades. Então, aqui, por exemplo, para vocês
959 entenderem, vou passar uma a uma, mas só para vocês entenderem que aqui no nosso
960 exemplo tem essa Unidade de Anita, que hoje em dia o processo encontra-se na PGM,
961 que depois vai para o Conselho de Desenvolvimento Urbano. E essa, por exemplo,
962 necessita de levantamento planialtimétrico, precisa de termo de cessão de uso, precisa de
963 identificação do proprietário da área. Depois precisa de obra de calçada, acessibilidade e
964 obras para atender o código de edificações, a legislação em geral. Então, também é
965 necessário um PPCI, depois de que tudo esteja aprovado urbanisticamente, a gente tem
966 que fazer o PPCI. Então, basicamente, é isso que a gente conseguiu identificar em todas
967 as unidades. Eu vou passando uma, depois se vocês quiserem a gente volta e vê mais
968 detidamente. Então, basicamente, é isso, a gente está com muita dificuldade nesse
969 sentido e essas fotos ilustram o quão precárias estão essas edificações, o quanto precisa
970 ser investido para que realmente elas fiquem adequadas. Essa aqui é a Chocolatão,
971 também o processo encontra-se na PGM, são as mesmas coisas que precisam. Essa é a
972 COOPERTINGA, também, basicamente, é isso. Tem algumas que já estão tramitando o
973 processo de licenciamento ambiental. Essa aqui é uma delas que está em
974 comparecimento para complementação de documentação. A Frederico Mentz que o
975 processo está tramitando, está em via de aprovação já, mas também tem toda a questão
976 do processo ambiental. Então, está em tramitação a parte urbanística, está quase
977 aprovado esse aqui, mas ainda tem a questão do licenciamento ambiental que está em
978 análise. A Paraíba também necessita de termo de cessão de uso do INCRA para a
979 Prefeitura e da Prefeitura para o DMLU. Precisa reforma nas coberturas. Aqui também
980 está tramitando um processo de licenciamento ambiental, mas ele está aguardando os
981 processos de gravame para que siga o processo de licenciamento. Aqui é o Anjos da
982 Ecologia, que é a mesma coisa. Aqui é a Reciclando pela Vida, que está vinculada ao
983 Anjos da Ecologia, elas estão no mesmo lote, as duas precisam exatamente das mesmas
984 coisas. Aqui na Rubem Berta é um caso um pouquinho mais, digamos assim, difícil,
985 porque a edificação está inserida em uma APP, tem área não edificável do DEP, tem uma

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

986 ocupação irregular de uma paróquia no lote, tem também habitações irregulares que
987 jogam esgoto cloacal no fundo da unidade de triagem. Então, tem algumas onde as
988 particularidades se agravam um pouquinho, digamos assim. A São Pedro que eu
989 mencionei para vocês, que está inserida dentro do complexo São Pedro, que a gente
990 precisa ver essa questão da matrícula individualizada. Tem a Vila Pinto, que está
991 tramitando um processo em relação ao regime urbanístico, porque essa unidade já
992 encontra-se gravada, mas o regime urbanístico dela não permite implantação dela, mas
993 como já está gravada parte-se do princípio de que ela sim está autorizada a ter a sua
994 atividade licenciada. Tem a Lomba, que é um caso bem específico, porque é um caso um
995 pouquinho mais complexo, não é meramente uma unidade de triagem, né. Então, a gente
996 nem vai falar muito sobre ela. A Padre Cacique, que esse processo já foi aprovado, então,
997 urbanisticamente, e agora o responsável técnico pela unidade de triagem tem que
998 protocolar a documentação para solicitar a licença ambiental e não foi feito isso ainda. A
999 Santíssima Trindade é esse processo que está tramitando e está em vias de aprovação,
1000 mas ainda tem todas essas outras etapas de licenciamento ambiental e, posteriormente,
1001 as reformas necessárias para que fique de acordo. O Aterro Norte, que é uma área
1002 também bem complicadinha. Inclusive, tem um gravame de traçado viário passando por
1003 cima dessa unidade de triagem. Então, não é fácil, mas a gente vai conseguir. O Campo
1004 da Tuca, que também é uma situação bem complicada, é um terreno, praticamente 100%
1005 da taxa de ocupação do terreno está comprometido já com a unidade de triagem. Então,
1006 são as mesmas questões. O responsável técnico também ainda não protocolou a
1007 documentação para solicitar a licença ambiental, está pendente também. Enfim, aqui e a
1008 gente fez mais ou menos só para vocês entenderem todas as pessoas que estão
1009 envolvidas nesse processo. É muita gente envolvida, aliás, vou me expressar melhor,
1010 seriam muitas secretarias que teriam que estar envolvidas, não necessariamente que
1011 estão envolvidas. Então, isso é algo que compromete também o nosso trabalho. Eu acho
1012 que se a gente tivesse uma clareza maior de tudo que a gente vem fazendo e tivesse um
1013 suporte maior de outras secretarias, acho que ajudaria bastante no desenvolvimento do
1014 nosso trabalho. Então, tem muita gente que está nos auxiliando, mas algumas situações a
1015 gente encontra alguns gargalos. Então, o MP está participando muito ativamente desse
1016 processo, inclusive, temos um inquérito segunda-feira, dia 31, para falar sobre as
1017 unidades de triagem. Então, tem o DEMHAB envolvido, a SMAPI, a Secretaria da
1018 Fazenda, a PGM, a nossa Secretaria, o DMLU, enfim, é bastante gente mesmo. O
1019 Escritório de Licenciamento, o licenciamento ambiental, o próprio planejamento urbano, a
1020 gestão e monitoramento urbano, depois tem lá no DMLU a DDF, a DAO, que é o
1021 operacional que a Giulianna trabalha no DAO, o BLC, DA, DIFÍCIL, enfim. Realmente, são
1022 muitas pessoas envolvidas. E a gente foi um pouquinho além, a gente começou a pensar
1023 sobre o nosso trabalho e a gente quis trazer algumas questões aqui para o Conselho,
1024 porque a gente entende que falando com o Conselho a gente está falando com a
1025 sociedade também. Então, a gente trouxe alguns questionamentos. É satisfatório o modo
1026 como a gente trata os resíduos em Porto Alegre? Eles são a responsabilidade ambiental?
1027 E responsabilidade social, será que a gente está fazendo da melhor forma que a gente
1028 pode fazer? E de que forma o planejamento urbano, enfim, na figura do Plano Diretor
1029 pode contribuir de alguma forma para esse tratamento dos resíduos? Então, a gente foi
1030 buscar um pouquinho como é que no Brasil e no mundo os resíduos estão sendo
1031 tratados. E este ano a gente participou de um webinar sobre os ecoparques, porque a
1032 ABNT lançou agora uma norma que regula o funcionamento dos ecoparques, que é algo
1033 muito novo, que no Brasil já existem alguns, mas eles estão sendo implementados bem
1034 recentemente. Então, até tem o link ali, é muito interessante dizer ver. Tem no YouTube
1035 esse webinar, é muito legal. Então, dá um panorama geral do que está acontecendo, de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1036 que forma os resíduos estão sendo tratados, quais são os objetivos desses ecoparques,
1037 de que forma eles funcionam, o que eles geram, quais são os benefícios gerados, quais
1038 são as matérias-primas que são decorrentes dessa implantação desses ecoparques. E
1039 também pesquisando sobre ecoparques eu acabei encontrando esse estudo de
1040 viabilidade feito pelo DMLU em 2003, nos primórdios do ecoparque, porque lá se vão
1041 quase 20 anos disso. Então, a gente se perguntou: por que parou? O que aconteceu? Eu
1042 não tenho essa resposta para vocês, é um questionamento que a gente fez e não teve
1043 tempo hábil de ir atrás, mas é um debate sobre algo bem importante que a gente tem que
1044 trazer, porque esse é o futuro, né. É um futuro meio passado, porque a gente já deveria
1045 estar muito mais avançado nessa questão dos resíduos, entendemos nós. E esse aqui é
1046 um exemplo de ecoparque em Pernambuco, que é o maior ecoparque do Brasil. E este
1047 mês saiu uma matéria no Estadão em que essa empresa, a Orizon, que está na Bolsa de
1048 Valores, está na B3, eles vão existir 70 milhões nesse ecoparque de Pernambuco. Então,
1049 eles querem ampliar esses investimentos para todo o Brasil, inclusive, nessa matéria eles
1050 citaram o Rio Grande do Sul. E por que esse investimento todo? Porque já se chegou à
1051 conclusão de que essas matérias-primas, que são decorrentes desses tratamentos de
1052 resíduos, elas valem muito dinheiro. Então, já se entendeu que o lixo gera muito dinheiro,
1053 já se tem tecnologia para fazer com que os resíduos gerem dinheiro e gerem
1054 oportunidades de emprego, reverta benefícios ao meio ambiente. Então, entendeu-se
1055 toda essa questão que permeia esses ecoparques, digamos assim. E também trouxe um
1056 exemplo que é a planta de tratamento de resíduos em Valência, na Espanha, que é a
1057 maior planta de tratamento de resíduos da Europa. E eu trouxe também por ter uma
1058 população, um número de habitantes que é parecido com de Porto Alegre. Valência e
1059 mais da região metropolitana tem 1,5 milhão de habitantes, que regula aqui com a nossa
1060 capital do Estado, Porto Alegre. Então, eu trouxe um exemplo para a gente fazer um
1061 comparativo sobre o tamanho do complexo dessa planta. Aqui a fachada, algumas
1062 imagens, um projeto bem legal, bem tecnológico mesmo. E trouxe também esse exemplo
1063 de gerenciamento de resíduos e recuperação de energia CopenHill, também conhecida
1064 como a Amager Bakke, em Copenhague, na Dinamarca, é uma planta de gerenciamento
1065 de resíduos que tem uma pista de ski no seu telhado verde. Claro, eu trouxe exemplos um
1066 pouco fora da realidade nossa, não é que eu pense, ah, que legal ter uma pista de ski
1067 aqui. Não é essa referência, eu acho que não cabe para a nossa realidade, obviamente,
1068 mas é só para a gente entender o que está acontecendo pelo mundo. Então, aqui, por
1069 exemplo, tem uma parede de escalada, nessa edificação, uma, vista do interior da
1070 estrutura metálica do interior desse edifício. Aqui mais algumas imagens externas de como
1071 que é essa pista de ski e o prédio externamente. E aqui eu trouxe essa imagem para
1072 gente comparar, não é para gente se deprimir, nem nada, mas é só um choque de
1073 realidade para que a gente veja o que está acontecendo no mundo e para ver o quanto
1074 que ainda a gente tem que trabalhar para que a gente consiga, enfim, de alguma forma
1075 correr atrás do tempo perdido, né, porque a gente sabe o quanto é importante a gente
1076 tratar os nossos resíduos, ambientalmente, socialmente, né. Então, é como a gente
1077 colocou ali no início, é uma responsabilidade bem grande. E é isso, obrigada. Essa foi a
1078 nossa contribuição, aqui os nossos contatos e ficamos à disposição. Obrigada. **Vaneska**
1079 **Paiva Henrique, SMAMUS:** Parabéns pela equipe, Natália, pelo trabalho. Eu tinha pedido
1080 para o Secretário liberar o microfone para fazer algumas considerações. Eu acho que,
1081 primeiro, foi um trabalho que na figura da Natália vou fazer esse elogio para a equipe, que
1082 lutou muito para poder trabalhar em um trabalho... Eu vou fazer uma fala bem curta,
1083 prometo que não vou me estender, mas que é reconhecer o que existe na cidade hoje,
1084 que a gente vê que essas pessoas, que essas atividades não estavam sendo enxergadas
1085 e vistas do ponto de vista urbanístico, como poderia acontecer. E a outra questão, que eu

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1086 acho muito interessante da provocação, Natália, é como esses espaços podem se
1087 qualificar e como esses espaços podem ser, né. Eu acho que a ideia era isso. Acho que
1088 era essa a questão principal que eu queria pontuar para também colaborar conselheiro
1089 debate dos conselheiros. **Natália, CGMU/SMAMUS:** Obrigada, Vaneska. **Ângela Molin,**
1090 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
1091 Muito obrigada. Eu queria solicitar se a Arquiteta Giulianna, estamos aí também com a
1092 Joice, que é a responsável técnica de algumas dessas unidades de triagem, que tem
1093 acompanhado esses processos. E também estamos com a presença da Ana Paula, que é
1094 representante das unidades de triagem, que também está aí. Se elas querem fazer
1095 alguma manifestação. Eu sei que a Alessandra levantou a mão, do DMLU, que também
1096 participa do grupo de trabalho. Então, se vocês também quiserem fazer alguma fala, acho
1097 que seria bem importante acrescentar algum aspecto. **Ana Paula, Fórum dos**
1098 **Catadores:** Oi. Eu vi que tem uma sequência de inscrições ali. Eu sou Paula,
1099 representante dos catadores. Eu não sei se a gente respeita as inscrições ou se a gente...
1100 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1101 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Não, antes de abrir aos conselheiros seria importante
1102 ouvir vocês que estão em contato direto. Fique à vontade, Ana Paula. **Ana Paula, Fórum**
1103 **dos Catadores:** Então, o Alex também está presente aqui com a gente, que representa o
1104 Movimento Nacional de Catadores, meu companheiro de luta. Natália, eu estou pasma
1105 com a apresentação de vocês. Eu acho que nesses 25 anos que eu estou dentro de uma
1106 unidade de triagem, nunca tinha visto uma apresentação tão adequada e tão bem
1107 explicativa. Então, já fico feliz por ter esse retorno desse GT de uma forma tão dinâmica
1108 através dessa apresentação. Ela por si só explica o que em todos os espaços a gente
1109 está tendo oportunidade e a gente está tentando explicar, porém, agora dita de uma forma
1110 técnica. O que me chamou muito atenção, diante de todas as informações que as
1111 meninas trouxeram aí nessa apresentação, foram todas as secretarias envolvidas. E a
1112 Natália muito bem colocou que existe uma grande expectativa que a colaboração seja de
1113 todas. Isso a gente sentiu na pele, inclusive, enquanto a gente colocou embaixo do braço
1114 as nossas tentativas de ir na SMAMUS, de ir no Plano Diretor, de infraestrutura em
1115 diversas reuniões, de ir no DMLU e a gente nunca sequer ter uma sequência, um
1116 andamento desse processo que aí, pela primeira unidade, há 30 anos, a gente tenta
1117 resolver. É um tema de casa que envolve todas as secretarias e que a nossa parte
1118 enquanto trabalhadores dentro da UT, é quase que no final, quase que na ponta, onde a
1119 gente tem que aceitar todas essas demandas e essas resoluções, as diretrizes, né, e de
1120 uma forma muito profissional se adequar. E a gente com certeza quer fazer com que isso
1121 aconteça, mas essa parte burocrática, essa parte que a gente depende muito das
1122 secretarias, realmente, para nós é muito difícil para a gente poder caminhar juntos. A
1123 gente solicitou, inclusive, através da nossa técnica, que é a Joice, que é técnica de outras
1124 unidades de triagem, que a gente pudesse em algum momento poder fazer parte desse
1125 GT, ainda que seja para uma conversa, para um diálogo, para troca, porque eu acho que
1126 é superimportante nós podermos estarmos juntos com vocês, né, porque a gente é isso aí
1127 que vocês acabaram de expor. E, Natália, eu não fico nem um pouco constrangida
1128 daquela tua comparação ali dos espaços, que são os tratamentos de resíduos na Europa,
1129 em relação a nós, porque eu acho que tem tantos responsáveis, infelizmente, por aquele
1130 quadro de distanciamento, que com certeza nós queríamos estar em outro patamar, né.
1131 Então, eu fico muito feliz, feliz mesmo de hoje a gente estar tratando dessa forma, de uma
1132 forma tão séria, de uma forma que realmente existe um empenho das meninas de buscar
1133 informações importantes, para que de forma técnica todos consigam entender. Eu espero
1134 de verdade que de agora em diante a gente encaminhe tudo isso e é muito importante
1135 para a cidade, muito importante mesmo para a cidade, a gente oferece um serviço de

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1136 excelência dentro do que é possível a gente oferecer. Muito, muito, muito obrigada pelo
1137 dia de hoje. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1138 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Que bom, Ana Paula, estamos satisfeitos e tenho certeza
1139 que o Conselho não vai esgotar nesta reunião essa discussão e também as formas de
1140 como o Conselho pode auxiliar nesses processos de regularização. Eu acho que esse é
1141 um dos nossos focos aqui, os conselheiros depois vão mencionar. Eu queria passar para
1142 a equipe que está envolvida. Alessandra, se queres fazer alguma falha. **Alessandra**
1143 **Pires, SMAMUS:** Obrigada, Dra. Ângela. Somente para falar que eu entendo desses
1144 grupos um dos grupos mais importantes dos quais eu já participei em toda a minha vida aí
1145 de trabalho com o município. As colegas estão realmente enfrentando um desafio muito
1146 grande. Cada unidade de triagem tem uma realidade específica. É um mundo diferente do
1147 outro. Então, aqui a gente está falando de 16 mundos diferentes, todos eles buscando a
1148 regularização, porque todos querem. Quando eu ouço a Paula falar, é exatamente isso, é
1149 para isso que nós estamos aqui, para a gente trabalhar e fazer com que essas coisas
1150 aconteçam, quiçá, um dia a gente possa, aquela foto que a Natália mostrou, que nós
1151 possamos melhorar em muito aqui, porque vontade todos nós temos. Então, a minha fala
1152 é muito breve, é para dar os parabéns a essa equipe que está enfrentando e pedir que os
1153 demais colegas da Prefeitura que estejam aqui participem também, que quando forem
1154 solicitados para uma reunião é porque realmente é importante. Sem os colegas não é
1155 possível avançar, porque cada um dentro da sua unidade, DMAE, DEP, Patrimônio,
1156 enfim, só inúmeros órgãos que participam e a gente precisa de fato, mesmo, da
1157 participação efetiva, porque às vezes um detalhe que um colega do patrimônio já resolve
1158 tudo e desencadeia mais ações. Então, muito obrigada, Dra. Ângela, pela palavra,
1159 meninas, muito obrigada. Tenho um orgulho enorme desse trabalho. **Ângela Molin,**
1160 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
1161 Não sei se a Joice ou a Giulianna gostariam de falar uns minutinhos, alguma coisa sobre
1162 o trabalho. **Joice, Técnica de Unidades de Triagem:** Boa tarde a todos. Eu gostaria só
1163 de dar um oi e dizer que sim, estou nesse processo de acompanhamento das licenças
1164 desde 2017, mais ou menos, e venho acompanhando. Eu acho importante reforçar que
1165 esse trabalho que está sendo realizado pelo Comitê de regularização é superimportante.
1166 E reafirmar que era um trabalho que sim, deveria ter sido feito antes, mas que não é
1167 tarde. E é muito bom realmente ver que esse grupo está organizado e que está olhando
1168 cada caso, tentando resolver esses problemas para fazer a regularização. E com isso
1169 encaminhar as licenças que são importantes neste momento, para que as unidades
1170 possam seguir o seu trabalho e ganhar de alguma forma algum fôlego para que essas
1171 melhorias possam ser realizadas aos poucos, de acordo também com a capacidade
1172 financeira que elas têm de implementar essas melhorias. Eu acho que isso hoje é um
1173 grande desafio, as unidades recebem através dos seus contratos um valor muito pequeno
1174 para dar conta de manter essa infraestrutura em pé, é importante dizer. E só com o valor
1175 da comercialização não é possível fazer. Então, teria que ter um investimento grande da
1176 parte do município para que esses prédios realmente pudessem estar de acordo com
1177 todas as normas, com todas as normativas necessárias de acessibilidade, entre outras.
1178 Também não é impossível de fazer, considerando todos esses projetos que estão em
1179 andamento, que possam buscar apoio dos projetos de logística reversa que estão em
1180 andamento também, para que cada uma possa ir aos pouquinhos se adequando com o
1181 que é necessário. E fico à disposição. Eu não sou a técnica responsável de todas as
1182 unidades, é importante frisar isso, só de algumas. A Ana Paula representa o Fórum de
1183 Catadores e está aí falando em nome de todos o grupo. Fico à disposição para seguir
1184 nesse acompanhamento e colaborar da forma que for necessário. Muito obrigada. **Ângela**
1185 **Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1186 **SMAMUS:** Muito obrigada, Joice. A Giulianna queria dar uma palavrinha e depois, então,
1187 o Paulo Renato e o Thiago. **Giulianna, DMLU:** Boa tarde para todos. Eu gostaria de
1188 agradecer pelo espaço que o COMAM nos disponibilizou para apresentar o trabalho.
1189 Gostaria de fazer aquele agradecimento especial para as minhas colegas da SMAMUS
1190 que estão junto comigo nessa jornada tão difícil, que a gente tem muitos desafios para
1191 transpor aí. E, realmente, não é fácil, a gente tem precisado bastante das outras
1192 secretarias, do apoio, porque a gente às vezes esbarra em uma coisa, às vezes em uma
1193 certidão de matrícula, simples, mas isso acaba impedindo o processo de seguir a
1194 tramitação. Enfim, eu também gostaria de deixar claro a dificuldade que vai ser, porque a
1195 Prefeitura vai ter que ter isso em mente de que não adianta a gente entrar com processos
1196 de aprovação de edificações que não estão atendendo as normas técnicas. Então, eu
1197 acho que uma das coisas mais difíceis que a gente vai enfrentar talvez agora vai ser o
1198 atendimento às normas, vai ser fazer essas obras necessárias e obras mínimas, obras de
1199 infraestrutura, que era uma coisa que já deveria estar ok, como, por exemplo, o caso da
1200 Rubem Berta, que muito me preocupa. O Ministério Público também está bem
1201 empenhado em tentar ajudar nesse sentido. A gente precisa muito da ajuda das outras
1202 secretarias para sanar. Então, eu só tenho a agradecer a vocês por terem vindo me
1203 resgatar assim e me ajudar nesse trabalho que eu estava desenvolvendo praticamente
1204 sozinha lá no DMLU. Daí veio a Alessandra, que eu também agradeço muito. Sempre
1205 com o apoio da Joice, que a gente sempre faz muita parceria de troca de informações. E
1206 aos colegas da SMAMUS, e me perdoe se eu esqueci de alguém, mas é só para
1207 agradecer mesmo. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente**
1208 **e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acredito que podemos empenhar a palavra do Conselho
1209 com o auxílio no que for possível e que estiver dentro das nossas atribuições enquanto
1210 Conselho. Claro, agradecemos muito vocês terem aceito o nosso convite de virem aqui
1211 apresentar esse andamento, essa explanação e a participação de vocês. Agora vamos
1212 para as manifestações dos nossos conselheiros. Certamente, a gente vai voltar a
1213 conversar e novamente convidá-las, enfim. Eu também tenho acompanhado as reuniões
1214 com o Ministério Público de logística reversa e a intenção que o Ministério Público tem de
1215 colocar as necessidades das unidades de triagem nos processos de logística reversa para
1216 que elas possam ser como contrapartida, que elas possam ser sanadas via os pactos que
1217 Ministério Público está fazendo com as grandes empresas, que precisam fazer a sua
1218 logística reversa. Então, a gente também está acompanhando aqui na SMAMUS e vocês
1219 podem contar comigo também nesse sentido para fazer essa interlocução com as
1220 empresas e com o Ministério Público. Então, vamos ao Paulo Renato. **Paulo Renato**
1221 **Menezes, AGAPAN:** A questão dos resíduos é central hoje na civilização humana, nós
1222 estamos emporcalhando os oceanos porque boa parte dos resíduos não são
1223 convenientemente destinados em todas as cidades do mundo, inclusive, Porto Alegre.
1224 Então, para nós a questão dos catadores, então, nós que somos do movimento
1225 ambientalista, eu represento a AGAPAN, é também central. Nós temos um problema de
1226 limpeza urbana, de saúde pública, que é o tratamento dos resíduos, um problema
1227 ambiental de um lado, do outro lado uma questão social com os catadores, que devem ter
1228 a destinação prioritária desse resíduo, conforme a lei de 2010, o Plano Nacional de
1229 Resíduos Sólidos. Apenas queremos que a lei seja cumprida, tanto que esses
1230 megainvestimentos que aparecem em alguns países, não que a gente seja contra a
1231 tecnologia, pelo contrário, queremos muito a tecnologia, mas esses grandes
1232 investimentos que às vezes geram muito recurso para poucas pessoas, talvez ainda não
1233 seja o momento aqui para nós. Há tanta gente desempregada, com rendas baixas e nós
1234 estamos com esses resíduos preciosos, que talvez a gente seja um pouco ainda
1235 romântico, do formato de cooperativa, de associações. Mas a gente quer provar que isso

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1236 é possível sim, trabalhar de forma mais descentralizada, gerando mais renda. E se as
1237 unidades estão feiosas, porque foram abandonados. Eu ouvi do prefeito anterior, dizer
1238 que ele era contra as unidades de triagem, as cooperativas, enfim, as unidades de
1239 triagem vêm sendo maltratadas ao longo dos anos. Então, dinheiro tem, a Prefeitura gasta
1240 com a destinação lá para Minas do Leão, uma fábula de dinheiro, uma pequena fração
1241 desse dinheiro vai para as unidades de triagens. Então, há uma desproporção. Muita
1242 coisa que está sendo enterrada lá, nós estamos enterrando dinheiro e eu estou repetindo
1243 argumentos que todos conhecem, né. Então, a unidade triagem, lógico que tem que
1244 qualificar, excelente trabalho, parabéns, em nem conhecia esse detalhamento, mas tem
1245 que chegar o resíduo lá na unidade de triagem. Muito resíduos tem que ser separado
1246 dentro de casa, né, tem que ter um choque de educação ambiental, né. Esses contêineres
1247 misturando tudo lá dentro, a questão dos carrinheiros, das coletas irregulares nas ruas é
1248 um problema. Bom, queria que todo mundo tivesse regularizado a unidade de triagem,
1249 mas enquanto o resíduo é roubado nas ruas e mal destinado, pega o que querem, deixam
1250 o resto em outro lugar, né. Incineração não, eu vi umas fumacinhas ali de outros países,
1251 nós somos contrários à incineração, o movimento ambiental e catadores. A questão da
1252 logística reversa, os produtores, as grandes empresas tem é que bancar e entrar firme
1253 nisso, os governos não conseguiram ainda cobrar. Existe, claro, todo um esforço, mas
1254 nós temos que cobrar mais ainda. A pergunta que fica, esse sistema da unidade de
1255 triagem, quando foi construída, não tem unidades que pertencem à Prefeitura? A
1256 Prefeitura o que bancou ou são todas realmente privada? Depois se puderem esclarecer
1257 isso. Os catadores, enfim, prestam um serviço quase de graça para a Prefeitura. Isso é
1258 evidente! Se está com aquelas unidades todas redondinhas, e ele só trabalhando, só a
1259 própria renda poderia ser muito maior, né. Então, nós temos que dar um choque de
1260 gestão de resíduo nesta cidade para já. Obrigado. **Ângela Molin, Secretária Municipal**
1261 **de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro.
1262 Conselheiro Thiago, eu tenho uma reunião, na verdade, com o cliente da Dra. Marília às
1263 16h30min. Então, eu peço a gentileza, o Secretário e eu tenho uma reunião, se pudermos
1264 ir encerrando e aí já fazemos algum encaminhamento para encerrarmos a nossa reunião
1265 de hoje. Conselheiro Thiago? Não está mais conosco? Muito bem. O Conselheiro Thiago
1266 também precisou se retirar da reunião. Então, eu gostaria de encerrar agradecendo muito
1267 a presença do grupo de trabalho da Ana Paula, do Fórum dos Catadores. Essa temática
1268 vai continuar na nossa pauta do COMAM, com certeza, Conselheiro Paulo, porque nós
1269 temos muitas questões que a gente pode debater e contribuir. Eu acho que podemos ser
1270 propositivos nas contribuições, que o COMAM pode fazer ao grupo, às unidades de
1271 triagem, enfim, e as políticas governamentais também. Então, no próximo mês, na
1272 próxima reunião o Comitê Executivo que monta a pauta poderá novamente trazer esse
1273 assunto à pauta e nós, oportunamente, chamaremos vocês com certeza para termos mais
1274 um debate bastante produtivo. Agradeço a todos, agradeço a presença de todos e fiquem
1275 bem, cuidem-se e saúde para todos. Muito obrigada, até logo.

1276 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de**
1277 **Meio Ambiente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**
1278 **Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio**
1279 **da presunção de veracidade.**

1280

Porto Alegre, 27 de maio de 2021.